



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

LUANA FERREIRA DOS SANTOS

**O DISCURSO AUTÓRITÁRIO DE BOLSONARO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS E
EDUCACIONAIS**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO
2022**

Luana Ferreira dos Santos

O discurso autoritário de Bolsonaro e seus impactos sociais e educacionais

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientador (a): professora Doutora Maria Irenilce Rodrigues Barros.

Miracema do Tocantins, TO

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal
do Tocantins**

L926d Ferreira dos Santos, Luana.
 O discurso autoritário de Bolsonaro e seus impactos sociais e
 educacionais. / Luana Ferreira dos Santos. - Miracema, TO,
 2022.
 55 f.
 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins
 - Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia,
 2022.
 Orientadora : Maria Irenilce Barros Rodrigues
 1. Autoritarismo. 2. Discurso. 3. Democracia. 4. Educação. I.
 Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUANA FERREIRA DOS SANTOS

O DISCURSO AUTORITÁRIO DE BOLSONARO E SEUS IMPACTOS SOCIAIS E
EDUCACIONAIS

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Professora Doutora Maria Irenilce Rodrigues Barros.

Data da apresentação: 15/12/2022

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Maria Irenilce Rodrigues Barros, Orientadora, UFT.

Prof^a. Ms. Núbia Silva dos Santos, Examinadora, UFT.

Prof^a. Esp. Thallyta Teixeira Silva, Examinadora, UFT.

RESUMO

Este é um trabalho de monografia apresentado como critério de conclusão de curso, de Pedagogia, pela Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Miracema, tem como objetivo identificar e analisar as perspectivas autoritárias presentes nos discursos do Presidente Bolsonaro e seus impactos para a sociedade e a educação. Especificamente, analisamos o discurso proferido pelo atual Presidente da República do Brasil, no dia 7 de setembro de 2021, data em que se comemora a Independência do Brasil. A partir daí, refletimos sobre a repercussão no meio social, bem como esses impactos na educação, tendo em vista que Bolsonaro não apresenta apreço por esta área. Objetivamos, ainda, compreender a perspectiva histórica da política estruturada no autoritarismo, algo bastante flertado claramente pelo Presidente. Para tanto, queremos apontar algumas possibilidades de mudanças desse quadro, a partir do olhar do campo educacional e destacar outros discursos de Bolsonaro que resvalam, diretamente, na tentativa dele de impor um sistema autoritário em seu governo. Nossa metodologia de estudo basear-se na arque-genealogia, uma vez que o aporte teórico o qual nos pautamos busca destacar o regime de verdade, saber e poder que constitui tal discurso bolsonarista. Sendo assim, nos pautaremos nos fundamentos conceituais da Análise do Discurso, em especial, sob a tutela dos seguintes autores: Michel Foucault, Cleudemar Fernandes, Vanice Sargentini, Maria do Rosário Gregolim, Eni Orlandi, dentre outros. É importante salientar que, para analisarmos esses discursos, é necessário relacioná-lo à diversas outras teorias, como, história, memória, sujeito etc, e, especificamente, pensar a relação de um regime autoritário, ou seja, uma ditadura como a que vivemos no Brasil de 1964 a meados de 1985, correlacioná-la com o presente, numa perspectiva de sua construção, e refletir de que forma o autoritarismo, apresentado no comportamento e na fala do Presidente atual, tem se manifestado. Portanto, é necessário compreender como se deu o processo da ditadura e da democracia no país, todo o contexto do autoritarismo no período de Regime Militar, como se desmembrou a educação, os métodos de imposição de obediência à sociedade, além de destacar os impactos disso para o campo educacional e para a sociedade em geral. Destacamos, ainda, os discursos de Jair Messias Bolsonaro, o atual governante do Brasil, que apresentam caráter autoritário quanto ao seu descompromisso com a nossa democracia, que está a todo momento sendo motivo de luta, manifestações para mantê-la. Por fim, tratamos de pontuar as consequências do *efeito bolsonarista* e de seu desgoverno e o resultado disso nas eleições 2022.

Palavras-chave: Autoritarismo. Democracia. Discurso. Educação.

ABSTRACT

This is a monograph work presented as a criterion for the conclusion of the course, of Pedagogy, by the Federal University of Tocantins, University Campus of Miracema, it aims to identify and analyze the authoritarian perspectives present in the speeches of President Bolsonaro and their impacts on society and the education. Specifically, we analyze the speech given by the current President of the Republic of Brazil, on September 7, 2021, the date on which the Independence of Brazil is celebrated. From there, we reflect on the repercussions in the social environment, as well as these impacts on education, considering that Bolsonaro does not show appreciation for this area. We also aim to understand the historical perspective of politics structured in authoritarianism, something quite clearly flirted with by the President. To do so, we want to point out some possibilities for changing this situation, from the point of view of the educational field, and highlight other Bolsonaro speeches that slip directly into his attempt to impose an authoritarian system on his government. Our study methodology is based on arche-genealogy, since the theoretical contribution we are guided by seeks to highlight the regime of truth, knowledge and power that constitutes such Bolsonarist discourse. Therefore, we will base ourselves on the conceptual foundations of Discourse Analysis, in particular, under the tutelage of the following authors: Michel Foucault, Cleudemar Fernandes, Vanice Sargentini, Maria do Rosário Gregolim, Eni Orlandi, among others. It is important to emphasize that, in order to analyze these speeches, it is necessary to relate them to several other theories, such as history, memory, subject, etc., and, specifically, to think about the relationship of an authoritarian regime, that is, a dictatorship like the one we live in Brazil from 1964 to mid-1985, correlate it with the present, from a perspective of its construction, and reflect on how authoritarianism, presented in the behavior and speech of the current President, has manifested itself. Therefore, it is necessary to understand how the process of dictatorship and democracy took place in the country, the whole context of authoritarianism in the period of the Military Regime, how education was dismembered, the methods of imposing obedience to society, in addition to highlighting the impacts of this for the educational field and for society in general. We also highlight the speeches of Jair Messias Bolsonaro, the current ruler of Brazil, which are authoritarian in terms of his lack of commitment to our democracy, which is at all times being a reason for struggle, demonstrations to maintain it. Finally, we try to point out the consequences of the Bolsonarist effect and its mismanagement and the result of this in the 2022 elections.

Keywords: Authoritarianism. Democracy. Speech. Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA PESQUISA	10
2.1	Conceitos básicos da Análise de Discurso.....	13
3	AUTORITARISMO, REGIME MILITAR E DEMOCRACIA: ALGUNS DESDOBRAMENTOS.....	17
3.1	Regime Militar – de 1964 a meados de 1985	17
3.2	A Educação no Regime Militar – de 1964 a meados de 1985.....	21
3.3	A Democracia	24
4	DISCURSOS AUTORITÁRIOS E O DESCOMPROMISSO COM A DEMOCRACIA: ANÁLISE DO DISCURSO DE BOLSONARO.....	29
4.1	Os Discursos Autoritários	29
4.2	Impactos do autoritarismo bolsonarista no campo da educação	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS.....	52
	ANEXOS.....	55

1 INTRODUÇÃO

Este estudo constitui-se em nosso Trabalho de Conclusão do Curso – TCC – como exigência para a obtenção de Diploma de Graduação do Curso de Pedagogia, Campus Universitário de Miracema-TO. Seu objetivo principal é analisar os discursos do atual Presidente do país, Jair Messias Bolsonaro, especialmente, o discurso proferido no dia 7 de setembro de 2021, em São Paulo, em comemoração à “Independência do Brasil”. Todavia, avaliamos e analisamos também outros discursos do referido Presidente, posto que contribuirão com a temática aqui apresentada. Para tanto, teremos como base teórica a Análise do Discurso - doravante, AD - numa perspectiva arqui-genealógica, a qual traz como suporte o regime de poder, saber e da verdade.

Nesse sentido, alguns conceitos serão necessários para as abordagens realizadas, a saber; *sujeito, ideologia, discurso, enunciado* etc. Para reverberar as discussões, teremos, como aporte teórico, pesquisadores da área que darão subsídios para este debate, como: Cleudemar Fernandes, Vanice Sargentini, Maria do Rosário Gregolim, Eni Orlandi, dentre outros. Traremos, ainda, acepções de Michel Foucault como base das articulações e análises aqui realizadas. Situaremos e destacaremos as práticas discursivas de Bolsonaro, com teor autoritário, com o intuito de refletir acerca de alguns desdobramentos e consequências desse modo de governar para a sociedade.

Compreendemos que essa é uma temática importante para diversas áreas, especificamente, para a educação, posto que vivemos em uma sociedade cuja democracia foi implantada recente, após um árduo período de Regime Ditatorial/Militar, de 1964 a meados de 1985, ou seja, durou 21 anos. Sendo assim, verificamos que ainda precisamos efetivar ações políticas contra perspectivas autoritárias para pensar e praticar a organização política do Brasil.

Ressaltamos a relevância de buscar conscientização sobre a política autoritária a qual vivenciamos no momento e o quanto essa realidade gera fatores prejudiciais para a sociedade, a saber: fatores sociais, fragilidade de nossa democracia, disseminação de preconceitos em âmbitos gerais, misoginia, aumento do feminicídio, desigualdade socioeconômica, regressão no sistema educacional, violência social, entre outros.

Portanto, é importante atrairmos a atenção para essa problemática, apontando as falhas e os impactos do autoritarismo, transitando a partir de uma perspectiva histórica.

Este estudo muito instiga sua compreensão, como interessa sua abordagem devido a oportunidade de, através dessa pesquisa, obtermos conhecimentos sobre os desdobramentos desses processos políticos no Brasil, num percurso histórico que beira também o pós-eleições

de 2018 até o momento, pois podemos notar os impactos sofridos por diversos setores, e aqui destacamos os fatores educacional e social.

Para tanto, informamos que o trabalho está organizado em três seções. Na primeira, apresenta o recorte metodológico utilizado em sua elaboração. Buscamos, com isso, entender o que é Análise do Discurso, alguns conceitos relevantes para a análise da materialidade em estudo, refletindo acerca da perspectiva metodológica da pesquisa. Na segunda seção, discutimos a questão do autoritarismo e regime militar, bem como uma de suas expressões na conjuntura política brasileira, mas que ainda perdura, ou há uma tentativa de implantá-la, desde que Bolsonaro venceu as eleições de 2018.

No Brasil, há uma longa história de presença de práticas e concepções autoritárias que fundamentam a vida política nacional, desde suas origens. Daí as leituras buscando alguns desdobramentos acerca dos impactos dessa perspectiva autoritária para a democracia, a educação etc.

Na terceira seção, explicitamos os discursos do Presidente da República e analisamos na perspectiva da AD, como apontado, acima, na metodologia desse estudo. Fizemos isso, organizamos as leituras e reflexões em duas vertentes, a saber: na primeira, identificamos diversas falas do Presidente, mostrando o seu descompromisso com a democracia, bem como seu projeto de impor demandas autoritárias. Na segunda, como parte dos desdobramentos e impactos de um governo autoritário, mostramos algumas questões/problemáticas que a sociedade brasileira tem vivido, no campo social e da educação, em especial, durante este governo.

Para tanto, é importante salientar que as perspectivas autoritárias encontradas neste governo, demonstram ameaças a nossa democracia. Como veremos, posteriormente e, com o aporte teórico, ao findar as análises realizadas, revelamos o desfecho do *efeito bolsonarista* e suas nuances para a sociedade brasileira, especialmente aos seus apoiadores da extrema-direita.

2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Nesta seção, nosso objetivo é apresentar as leituras e reflexões que fizemos sobre a fundamentação e o tipo de pesquisa que decidimos realizar. Situamos o contexto da pesquisa, definindo nosso objeto de estudo, bem como trazemos as leituras acerca da opção metodológica que foi sob a perspectiva da AD, conforme já informado.

Os discursos utilizados como *corpus* para a referida análise foram proferidos pelo Presidente Jair Bolsonaro, no dia 7 de setembro de 2021, em São Paulo e também em Brasília, respectivamente. Leia a íntegra do discurso do presidente Bolsonaro dia 7 de setembro de 2021, em São Paulo¹, e o discurso proferido no mesmo dia, em Brasília.²

Na atual conjuntura do país, especialmente após a última eleição em que o Excelentíssimo Senhor Presidente, Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018, vivenciamos um período de grande turbulência, uma vez que as ações e falas do senhor Presidente têm se mostrado conflitantes, com tônica à violência, ao preconceito, à misoginia, ao canibalismo etc, revelando absurdos jamais vistos antes por parte de um Presidente de quaisquer nações do mundo. Isso tem se tornado um caos social, pois é como se o Presidente desse aval para que seus seguidores e simpatizantes agissem da forma como ele prega, disseminando muito ódio e fortalecendo uma rivalidade entre a nação.

Diante desse quadro, observando o mandato do atual governante, observamos alguns aspectos que foram cruciais à condução do desenvolvimento desta pesquisa, que objetiva identificar e analisar as perspectivas autoritárias vigentes em discursos presidenciais e seus impactos para a sociedade e a educação. Para tanto, verificamos a necessidade de colocar aqui alguns elementos dessa discussão e desse aporte metodológico.

Do ponto de vista da metodologia, consideramos importante pensar acerca do próprio conceito de pesquisa, em especial, apresentar diferentes concepções. Para Minayo (2007),

Entendemos por metodologia de pesquisa o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas. (MINAYO, 2007, p. 14).

¹ <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/>

² <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-7-de-setembro-em-brasilia>

Quanto ao significado de pesquisa, a autora destaca () que:

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e atua frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. (MINAYO, 2007, p. 16).

Trazendo à tona o conceito de pesquisa qualitativa, esse tipo de pesquisa, segundo, Spindola e Santos (2003), baseia-se na premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores. Sendo assim, na pesquisa qualitativa, o pesquisador vai a campo buscar as percepções de diferentes pessoas e grupos sobre o objeto em estudo.

Fonseca considera que a pesquisa bibliográfica:

é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

Como este é um trabalho que tem como base teórica a Análise do Discurso na perspectiva francesa, sob a égide conceitual de Michel Foucault, especialmente, na acepção de sujeito, discurso, história, verdade e poder, dentre outros, valemo-nos da metodologia arque-genealógica como ferramenta, já que essas noções contribuem com o batimento descrição- interpretação, com o propósito de avaliarmos as ocorrências dos regimes de saber, de poder e de verdade existentes na materialidade analisada. Isso porque faremos um trajeto histórico-discurso das falas de Bolsonaro, analisado como *corpus*, ou seja, a materialidade discursiva selecionada para estudo neste trabalho. Para tanto, conforme já dito, buscamos analisar, mais pontualmente, o discurso do atual Presidente do país, Jair Bolsonaro, especialmente aquele proferido no dia 7 de setembro de 2021, em São Paulo, em comemoração à “Independência do Brasil”. Todavia, para sustentar nossas análises, apoiamo-nos em outros discursos dele para fomentar e fortalecer nosso debate. Partiremos de uma perspectiva histórica para a compreensão desse tipo de discurso.

Optamos por esse veio conceitual por compreendermos que, sob a ótica da AD e à luz das noções de Foucault, teremos subsídios teóricos para abrir um debate mais amplo sobre o discurso, porém não definitivo e nem esgotado, com foco no sentido, sujeito, nos aspectos ideológicos e políticos, já salientados acima.

Também foi importante contextualizar o perfil de Bolsonaro e de seu governo em nossa pesquisa, pois, como sabemos, o governo de Bolsonaro tem base estruturada por militares, e sua política pauta-se, visivelmente, numa postura de extrema-direita, autoritária e excludente.

Em 2018, após passagem por vários partidos, o presidente filiou-se no Partido Social Liberal (PSL) - e foi eleito em 2019 -, porém, do qual não faz mais parte, por encontrar resistência do próprio partido, na figura de seu Presidente, Bivar, em renunciar o controle da sigla, para ceder ao Chefe do Executivo. Bivar possui o controle direto da distribuição dos fundos partidários e eleitoral, indicação de líderes do Partido na Câmara e no Senado e distribuição de cargos no partido e nos diretórios e comissões provisórias dos estados e municípios, o qual Bolsonaro queria o controle para si.

Diante disso, após ficar anos sem nenhuma sigla partidária, somente dia 30 de novembro de 2021, o Presidente da República decidiu filiar-se ao Partido Liberal (PL), sendo a sexta mudança de partido em sua carreira política. Tentou filiar-se ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, Patriota, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), e sinalizou sua vontade à liberdade de nomear os diretórios e colocar em risco a identidade dos partidos, alegando que, “ninguém quer entregar o osso pra gente, querem entregar só o casco do boi, nenhum ossinho com tutano quer dar para a gente” (BOLSONARO, 2021, p. 7). Bolsonaro se rendeu aos conhecidos políticos e Partido do Centrão, após duras críticas a estes, e após garantir que seu mandato acabaria com “a velha política”, ou seja, “a política do toma lá dá cá” nas negociatas obscuras existentes entre diversos políticos, em especial os conhecidos do “Centrão”.

Embora todos os membros de sua família, a exemplo de seus quatro filhos, tenham acusações que pesam sobre eles, inclusive a prática das “rachadinhas”, quer dizer, desvios do dinheiro público, Bolsonaro sustentou sua eleição com discursos de “combate à corrupção”, ataques à “velha política”, e com falas de origem preconceituosas, homofóbicas, racistas, misóginas etc., porém, filiado ao PL, aderiu à política tradicional, tão criticada por ele durante toda campanha de 2018. E assim foi eleito por pessoas que compartilham com suas ideias.

Ressaltamos a relevância de conscientização sobre a política autoritária e o quanto essa realidade decorre diversos fatores prejudiciais para a sociedade, a saber: o retorno do país para o mapa da fome, a miséria, fragilidade de nossa democracia, disseminação de preconceitos, desigualdades socioeconômicas, regressão no sistema educacional, descaso com a saúde, entre outros. Portanto, o objetivo desse trabalho de pesquisa é também atrair a atenção para essas problemáticas, apontando as falhas e os impactos do autoritarismo nas falas de Bolsonaro, com o intuito de impor sua vontade de verdade, inclusive, utilizando-se de *fake news* para convencer

seus seguidores a “comprar” suas mentiras e disseminá-las. Tudo isso transitando a partir de uma perspectiva histórica.

Além disso, este trabalho trata-se de um estudo que instiga e interessa, devido a oportunidade de, através dele, obtermos conhecimentos sobre os desdobramentos desses processos políticos, no Brasil, e seus impactos para setores diversos que respingam diretamente na sociedade, que protagoniza o lugar de vítima do sistema excludente criado por essa visão caótica de governar e compreender uma nação.

2.1 Conceitos básicos da Análise de Discurso

A compreensão da “Análise de Discurso” requer um rigor teórico, e para entendermos tal fato, buscou-se aprofundar os conhecimentos sobre o que de fato é um discurso. Quando esse termo é utilizado como objeto de investigação científica, devemos sair do pressuposto do senso comum de que “discurso” é sobre pronunciamentos políticos, marcados pela eloquência, falas proferidas de forma primorosa etc. Todavia, precisamos compreendê-lo respaldados em acepções teóricas relacionadas ao método de análise.

Neste processo, é necessário relacionar discurso, história, sujeito, memória etc., e, especificamente, pensar a relação da história do passado com o presente, numa perspectiva de construção do momento atual, contemporâneo, inclusive o político, em uma articulação com o que ainda continua presente entre nós como ranços, por exemplo, da ditadura, do autoritarismo. Portanto, partindo desses princípios, precisamos aprofundar nos fundamentos básicos da Análise do Discurso, para conduzir este estudo.

Falar sobre Análise do Discurso, impreterivelmente, tendo como objeto de investigação – o discurso - precisamos traçar um percurso de compreensão dos fundamentos da AD ancorados nos estudos linguísticos. Esse campo teórico analítico tem problemática em torno da linguagem, que tem uma especificidade no olhar para o objeto, que é o discurso. A análise de discurso não tem como objeto central a língua, mas, sim, o discurso. Sendo assim, a língua vai ser pensada em relação a esse objeto de estudo, que dependem de denominações histórico-culturais e no campo da ciência.

Na década de 1960, na França, lugar de emergência na análise de discurso, a AD vai se configurar numa conjuntura da segunda metade da década de 1960, no campo cultural - com as manifestações de maio de 1968, no campo político - com os programas de união das esquerdas que permitia uma nova adesão massiva de intelectuais, e no campo epistemológico. Para tanto, foi necessário pensar um estudo da linguística estrutural para fortalecimento dos encontros

interdisciplinares – como a Sociologia e Psicanálise – a fim de observar a relação linguística com estes campos teóricos.

Para tal discussão, contamos com autores que problematizam as bases fundadoras das ideologias vigentes nesta área. É importante destacarmos que a AD nos permite observar os discursos e desempenhar um papel decisivo nas lutas políticas. (FERNANDES, 2007).

O Discurso precisa de elementos linguísticos para ter existência material, no entanto, envolve questões que não se limitam somente à linguística, partindo para sua exterioridade. Essa exterioridade seria então a política, o social, a cultura, o contexto histórico. Esse discurso analisado pode ser proferido de diversos gêneros discursivos, seja uma reportagem, seja um pronunciamento, debate, reunião etc, no qual apresentam falas que se contestam, como se fossem um ringue, um espaço de lutas.

Ponderamos, pois, juntamente com Fernandes, (2007, p. 18) que “discurso não é língua, nem texto, nem a fala, mas que necessita de elementos linguísticos para ter sua existência material [...]. Discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística”.

Dizemos isso por entendermos que ele está ligado aos aspectos sociais, ideológicos quando as palavras são ditas/pronunciadas. Observamos que em nosso meio os sujeitos se encontram em certas posições em relação aos temas trazidos em nosso cotidiano. Portanto, “as posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares” (FERNANDES, 2007, p. 18). Em suma, podemos afirmar que “o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real” (FERNANDES, 2007, p. 18).

Sendo assim, ao decidir fazer a seleção da materialidade para analisar neste trabalho, pensamos, de imediato, em trazer as falas do Exmo. Senhor Presidente da República, na tentativa de evidenciar os efeitos de sentido da fala do sujeito, levando em conta o lugar institucional que ele ocupa, com o intuito de verificar, também, a situação social relacionada às condições de produção.

Isso ocorre por compreender que, “como exterioridade à língua e à fala, o discurso, considerado como um objeto de investigação, constitui-se de conflitos próprios à existência de tudo que tem vida social.” (FERNANDES, 2007, p. 15). E é nessa perspectiva que analisaremos o discurso presidencial, considerando os aspectos históricos também”. Considerando a opção metodológica na perspectiva da análise de discurso, compreendemos com Tasso que,

Consequentemente, os objetos dessas três áreas do saber estão implicados. A Análise do Discurso entende que a história é o elemento que constitui a língua, a que o sujeito, inconscientemente, está subordinado. Dessa inter-relação, resulta que a língua, como

materialidade, reúne em si o histórico (pelo acontecimento) e o linguístico (pelo arranjo dos significantes), configurando o modo como o sujeito produz seu dizer e materializa discursos. (TASSO, 2021, p. 3).

Neste sentido, ainda pensando com Fernandes (2007, p. 11), partiremos da interrogação: “o que se entende por discurso?” Esse mesmo autor afirma que,

Discurso, como uma palavra corrente no cotidiano da língua portuguesa, é constantemente utilizada para efetuar referência a pronunciamentos políticos, a um texto construído a partir de recursos estilísticos mais rebuscados, a um pronunciamento marcado por eloquência, a uma frase proferida de forma primorosa, à retórica, e muitas outras situações de uso da língua em diferentes contextos sociais (FERNANDES, 2007, p. 11).

Outra questão importante do pensamento desse estudioso é que,

Para falarmos em discurso, precisamos considerar os elementos que têm existência no social, as ideologias, a História. Com isso, podemos afirmar que os discursos não são fixos, estão sempre se movendo e sofrem transformações, acompanham as transformações sociais e políticas de toda natureza que integram a vida humana (FERNANDES, 2007, p. 14).

Acerca do discurso observado como ação social, Orlandi (1999, p. 15) argumenta que, “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.

Com isso, “o sujeito, ao mostrar-se, inscreve-se em um espaço socioideológico e não em outro, enuncia a partir de sua inscrição ideológica: de sua voz emanam discursos, cujas existências encontram-se na exterioridade das estruturas linguísticas enunciadas” (FERNANDES, 2007, p. 22).

Podemos, pois, destacar que “o sujeito discursivo é constituído na interação social, não é o centro de seu dizer, em sua voz, um conjunto de outras vozes, heterogêneas, se manifestam. O sujeito é polifônico e é constituído por uma heterogeneidade de discursos” (FERNANDES, 2007, p. 29).

Na perspectiva de Caregnato e Mutti:

O processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais ou escritas) ou imagens (fotografias) ou linguagem corporal (dança). (Caregnato e Mutti, 2006, p. 680).

Assim, para estes autores, ideologia, história e linguagem ocupam lugar importante, pois a análise de discurso,

(...) trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, na AD a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.681).

Nessa perspectiva, o sentido deve ser entendido como “efeito de sentidos” entre os sujeitos falantes, em interlocução, lugar de sua produção. Podemos afirmar que “as palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem” (FERNANDES, 2007, p. 23).

Sob essa ótica, citando Pêcheux, Fernandes (2007) adverte que

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc, não existe ‘em si mesmo’ [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (PÊCHEUX, 1997, apud FERNANDES, 2007, p. 22).

Quanto à ideologia deve ser compreendida em relação à

[...] concepção de mundo de determinado grupo social em uma circunstância histórica. Linguagem e ideologia são vinculadas, esta materializa-se naquela. Ideologia é inerente ao signo em geral. Sendo assim, diante de toda e qualquer palavra enunciada, procuraremos verificar qual (quais) ideologia(s) a integram. (FERNANDES, 2007, p. 29).

Assim, consideramos importante para o processo de entendimento e análise das falas do presidente, *corpus* de nosso trabalho, a fim de refletirmos sobre o que está ocorrendo no contexto atual nos aspectos políticos, sociais, econômicos etc. Referente às análises realizadas nas materialidades aqui selecionadas, iremos realizar este estudo compreendendo que, como analista do discurso, necessitamos romper as estruturas linguísticas para chegar a ele (o discurso). (FERNANDES, 2007, p. 23). Para tanto, observamos “as condições de produção do discurso, ou seja, compreenderemos, a partir de um olhar para a história, os aspectos socioideológicos que envolvem a produção do discurso”. (FERNANDES, 2007, p. 25).

Nas páginas seguintes, tratamos de mais detalhes sobre as questões aqui abordadas, porém, consideramos importante debater alguns desdobramentos relevantes para fomentar as análises.

3 AUTORITARISMO, REGIME MILITAR E DEMOCRACIA: ALGUNS DESDOBRAMENTOS

Nesta seção, discutiremos questões referentes ao autoritarismo e regime militar, bem como uma de suas expressões na conjuntura política brasileira a partir da implantação da Ditadura, em 1964, mas que vemos ações que caracterizam seu retorno, ou vontade de retorno, em algumas atitudes e falas do próprio presidente. Além disso, como se deu o processo de conquista da democracia e seu percurso, no país.

No Brasil, há uma longa história de presença de práticas e concepções autoritárias que fundamentam a vida política nacional, desde suas origens. Daí, as leituras buscando alguns desdobramentos acerca dos impactos dessa perspectiva autoritária para a democracia e a educação.

3.1 Regime Militar – de 1964 a meados de 1985

Para entendermos todo esse sistema de repressão e controle, precisamos aprofundar em seus antecedentes mais remotos, de forma mais específica. Como edita a história, em 31 de março de 1964, os militares fizeram uma intervenção e tomaram o poder do então presidente João Goulart. Os militares já tinham um histórico de repressão contra lutas populares na época, portanto, aquela imagem do brasileiro acomodado à submissão já não era mais uma realidade. Os militares usavam a repressão contra os opositores internos e, conseqüentemente, gerava conflitos externos. Com isso, o Exército ficou com o papel de defendê-los contra as agressões externas. Após isso, a Guarda Nacional entrou em declínio e o Exército entrou em primeiro plano e pôde intervir abertamente nas questões políticas.

Pelo fato de os militares defenderem interesses retrógrados, o Exército conquistou uma imagem de identificação por algumas lutas de caráter progressista. Com isso, veio a derrubada do imperador, D. Pedro II, para a implementação do sistema republicano no país, em 1889, chamando Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, respectivamente, para Presidentes da República.

Porém, o Exército sempre demonstrou rebeldia frente às oligarquias monárquicas e repressivas, utilizando da impiedade e força perante as esferas mais pobres que se descontentavam contra o poder central.

Segundo Arns (1985) a partir de 1964, a tortura tornou-se instrumento interrogatório àqueles que se opuseram ao Regime. No período do regime militar, a tortura era dada como um

curso de “método científico” para professores e elementos das Forças Armadas, onde os presos eram as cobaias, e isso era incluso no currículo de formação dos militares. Ou seja, era um curso de aulas práticas e macabras, com pessoas realmente sendo torturadas para “adestrar” os policiais militares, e conduzi-los à prática “eficaz” de violência contra a população.

Se esse ato tão bárbaro foi persistente ao longo dos 322 anos de período colonial na rotina dos brasileiros, e nos 67 anos do império e período republicano foi, exatamente, porque todas as estruturas do Estado, numa perspectiva de autoritarismo, não permitiam que a população fosse participativa nas questões do país.

Em 1930, a Aliança Liberal (um grupo de oligarquias rurais) – empossam e lançam Getúlio Vargas para Presidência da República. A Era Vargas, que durou 15 anos (1930 a 1945), foi marcada pela aliança de dois grandes grupos – a Velha Oligarquia Rural e o Setor Industrial. No entanto, essa aliança gera uma incompatibilidade quanto aos setores do tenentismo, nomeado aos movimentos político-militares de baixas patentes das forças armadas, unidos em prol do descontentamento com as questões sociais, econômicas, políticas e institucionais na época, em busca de uma nova liderança para o país. Isso acarretou a formação de uma nova aliança – Aliança Nacional Libertadora (ANL), com a união de diversos políticos em torno da Reforma Agrária – que buscava independência e melhor distribuição de renda. Mas, após o seu crescimento, a Reforma Agrária foi proibida por Vargas. (ARNS, 1985, p. 55).

Diante de um governo repressivo, a hierarquia das Forças Armadas se instaura em torno de Getúlio Vargas para implementar a Ditadura escancarada, sob o nome de Estado Novo, em 1937. Logo, Vargas é deposto no final da Guerra de 1945. A partir de 1947, Marechal Eurico Gaspar Dutra assume a presidência e comanda uma política de Direita no Brasil, pró Estados Unidos, rigorosamente antipopular e autoritária. Assim, com o que restou de democracia no país, o povo usufruiu para eleger novamente Getúlio Vargas, mas os norte-americanos já tinham tomado conta do país. Vargas resistia ao estímulo participativo popular nos assuntos nacionalizantes. Sendo assim, os militares se uniam para deportá-lo novamente, quando foram surpreendidos com o seu-suicídio, em 24 de agosto de 1954. Esse fato gerou grandes manifestações de indignação do povo contra os Norte-Americanos da Direita extrema, que foram obrigados a baixar a guarda e esperar uma nova oportunidade de controle. (ARNS, 1985).

Em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek foi eleito, todavia o país continuou vivendo um período de turbulências por tentativas dos movimentos de direita. Terminando seu mandato, foi eleito o presidente Jânio Quadros, autoritário e aberto à política internacional, mas

logo renunciou ao cargo em 1961 e, até hoje, não se sabe o motivo real. A crise que se seguiu marcou os preparativos para a ruptura de 1964.

Iniciou-se, pois, uma mobilização para a posse do vice-presidente, João Goulart, que, em contrapartida, sofria pela insistência dos militares em estabelecer o sistema parlamentar, a fim de retirar os poderes do Presidente, e conseguiram retirar. Por outro lado, Goulart conseguiu reverter o parlamentarismo através da maioria dos votos direto do povo e, a partir disso, acelerar a luta por reformas estruturais. Estudantes, artistas e diversos setores começam a lutar em busca de modificações nacionalistas, estrutura educacional etc. Os direitistas se aproveitaram da instabilidade no governo de Goulart e da alta inflação que já estava 74%, em 1963. Com a resistência da oposição, o presidente não conseguia colocar em evidência o plano de crescimento em 7% ao ano e diminuir a inflação em 10%. (ARNS, 1985)

Um clima de crise passou a ocorrer no início de 1964, quando o movimento pelas reformas estava se apresentando também nas bases militares. Os militares se esforçavam para enfraquecer Joao Goulart e provocar recuo, justificando sua hierarquia e repetindo o mesmo cenário que ocorreu na Era Vargas, mas o presidente resistia fortemente aos avanços da Direita e insatisfazendo os militares. (ARNS, 1985).

Com um poder limitado pelo parlamentarismo, João Goulart encontra grandes resistências em seu governo. Em seu comício de 13 de março, onde estavam presentes mais de 200 mil pessoas, seu discurso despertou conspirações de setores conservadores de direita que desencadearam o Golpe Militar de 1964.

Portanto, era irrefutável que todo aquele movimento nacionalista e popular, estruturado em bases essencialmente legais, não tinha condições de enfrentar as Forças Armadas. Logo, essas propostas foram arquivadas e consolidou-se o Estado Autoritário e grandes mudanças começaram a acontecer.

Fagnanini (1997) diz que a política do autoritarismo tem como principal aspecto o caráter repressivo que se esconde atrás do discurso de justificativa do desenvolvimento econômico e que se impõe à liberdade individual e supre expectativas de obediência. Diante disso, para que possamos compreender o autoritarismo no Brasil, partimos de uma perspectiva histórica, na qual trataremos de pontuar o autoritarismo em determinados contextos históricos no país, desde o período de 1964 até meados de 1985. Após a posse de Jair Bolsonaro, 2019, observamos o movimento do então presidente na tentativa de implementar o Regime Militar, após o golpe que ele diuturnamente articula com certos setores.

O autoritarismo se valida pela falta de diálogo, pela intolerância e pelo posicionamento conservador, destacando-se também pelos excessos antidemocráticos, sendo a autoridade

estabelecida pela imposição de uma pessoa sobre seu(s) subordinado(s). Seguindo nessa linha de raciocínio, entendemos que dentro da visão autoritária, a liberdade de direitos inexistente, claro. São fatores como, a violência, a intolerância, a desigualdade social, ameaças à democracia e conquista de direitos sociais do conjunto da população são pontos que caracterizam tais aspectos.

No entanto, o autoritarismo se difere de autoridade, uma vez que autoridade precisa ser exercida para que haja convívio entre os homens, já o autoritarismo é uma espécie de distorção da autoridade. Do ponto de vista dos valores democráticos, o autoritarismo é uma manifestação degenerativa da autoridade. Ela é uma imposição da obediência e, conseqüentemente, uma opressão da liberdade.

Registra-se, no processo político brasileiro, um paradoxo recorrente: o liberal descrente quanto à viabilidade do liberalismo, o que termina aproximando-o do autoritarismo. Isto porque o liberalismo brasileiro padece de um defeito crônico: apesar de proclamar sua fé na democracia, mantém constante sua descrença na maturidade popular e no povo como fiador do processo democrático.

Esses são aspectos que pontuam bem o autoritarismo de Bolsonaro, quando expressa a sua vontade exorbitante de exercer, sozinho, a tomada de decisões do país, tentando corromper a Constituição – essa asseguradora da democracia, induzindo os seus eleitores a uma falsa ideia de que o sistema não está a “seu favor”, quando na verdade, o que quer é nada mais que atribuir a sua vontade incontrolável de impor autoritarismo, atacando fielmente o Supremo Tribunal Federal.

Sabemos que, para chegássemos a conquistar o direito de voto, isso após o Golpe Militar de 1964, vivemos uma ruptura do sistema democrático brasileiro e passamos por um período de 21 anos de Ditadura Militar e Civil no Brasil. Nesses anos, o país passou a ser governado por uma legião de Militares, na qual, houve negociações existentes entre políticos e militares, restrições à liberdade de expressão, censura, sumiços de pessoas – estudantes, intelectuais, pessoas comuns, dentre outros.

Conforme Barros (2017), é relevante destacar, antes do debate aqui construído, um retorno à história para expor aspectos políticos conjunturais, referentes aos mais de vinte anos – 1964 a 1985 – vividos sob a tutela de um sistema ditatorial fechado, rígido, torturador, austero e autoritário.

No enfrentamento desse processo pelo povo, o Brasil passou a transição democrática, de 1985 a 1988, após a promulgação da Constituição de 1988. Na fase de transição, tivemos como presidente, José Sarney, que assumiu a presidência devido à morte de Tancredo Neves,

que foi indicado de forma indireta, como presidente, para comandar o país naquele momento. Podemos ponderar que ele atenderia ao grupo de políticos que havia interesse nesse controle com a indicação, sendo, portanto, Presidente de fachada, pois seu nome foi escolhido por um grupo de políticos e não pelo povo.

Somente um ano após a instituição da Constituição de 1988 e com o fim da ditadura militar, é que houve eleições diretas, em 1989, tão esperadas pelo povo. Entre os candidatos, ficaram para o segundo turno, Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo, vencendo este, porém, dois anos depois, em 1991, sofreu *impeachment*, acusado de corrupção em seu governo.

3.2 A Educação no Regime Militar – de 1964 a meados de 1985

No período ditatorial, o ensino era um privilégio para aqueles que tinham condições financeiras. Aos indivíduos em vulnerabilidade socioeconômica, cabia apenas um curso técnico que formava a explorada classe operária, que estava a serviço da classe dominante. A forma educacional que se fazia acreditar era aquela que legitimava o capital como um sistema econômico, e que era nesse caminho que o país conquistaria progresso da sociedade. A educação era idealizada a favor do capitalismo, pautada na exploração e subordinação das classes inferiores e que favorecia somente à classe dominante. Com isso, a sociedade brasileira tornou-se vítima dessa herança ideológica, em que visa a educação como um meio de produtividade para fins lucrativos, reforçando cada vez mais a alienação e a desigualdade social:

A educação, nesse sentido, foi inserida como uma artimanha utilizada pelo governo militar, que serviu, tanto para manter as mentes disciplinadas conforme preconizava a ideologia da classe dominante, quanto para a formação de uma grande massa de mão de obra qualificada que contribuíssem para a ascensão econômica e prosperidade do sistema capitalista. (BOUTIN; CAMARGO, 2015, p. 3)

Durante o Regime Militar, o país estava completamente sob o comando de representantes ditatoriais, que construíram um mundo de opressão, subordinação e controle sobre os indivíduos, estabelecendo um forte marco no país quanto ao retrocesso na educação e em nossos direitos enquanto cidadãos. Não obstante, vivemos, com o governo Bolsonaro, resquícios antidemocráticos também na educação.

Adiante, veremos em seus discursos a vontade de consolidar no país uma política de base completamente militar, política essa que já nos trouxe tantos danos, como visto

anteriormente, inclusive com retirada de milhões de reais do orçamento do Ministério da Educação - MEC.

Havia uma grande repressão dos professores tanto do Ensino Fundamental quanto aos docentes universitários, bem como aos discentes, que foram proibidos legalmente de organizar movimentos estudantis, por buscarem melhorias na educação. O regime ditatorial combateu severamente os movimentos estudantis que se uniram contra o sistema em busca de melhorias na educação. Para Paulo Freire (1970, p. 47), “no momento, que o poder se enrijece em burocracia dominadora, se perde a dimensão humanista da luta e já não se pode falar em libertação”. Ou seja, a educação deve apontar caminhos para a libertação, promovendo, assim, meios para a não alienação de seus agentes. Ao contrário disso, só teremos ideologias dominantes, autoritárias etc. Nesse sentido, não se pode falar em democracia, uma vez que somos aprisionados a uma pseudoliberalidade que não se esconde com a constante prática de censura do governo, com a aplicação e criação de escolas militares, que tem o objetivo de impor uma educação calcada nos preceitos dogmáticos desse tipo de regime.

No Regime Militar (1964-1985), dentro do âmbito escolar, os funcionários eram observados, professores e alunos tinham seus comportamentos e condutas analisados dentro da sala de aula e tudo isso era visto com normalidade, já que as leis eram controladas pelos seus gestores, os militares. Não bastasse, o acesso dos alunos às escolas era limitado e a educação que vinha de casa era um misto de repressão e imposição, em que os próprios familiares eram obrigados a seguir esse modo de vida ditado e imposto, para o “bem” dos filhos e da família, eles eram ensinados a não questionar e não se opor ao sistema repressivo, que violentava qualquer indivíduo que se manifestasse de maneira contrária às suas ideias e práticas.

Freire (1981) adverte de forma relevante que, “Falar em democracia e silenciar o povo é uma farsa” (1981, p.96). O estímulo ao pensamento crítico do estudante provoca questionamentos diante das situações vivenciadas em seu ambiente familiar, educacional, social e político e é, pois, uma ameaça ao sistema, que insiste em estabelecer um modelo de educação tecnicista, baseada nos princípios cívicos.

Voltando à retórica militarista, o ensino em questão é aquele cujo aluno deve aprender o conteúdo repassado, para, a partir disso, formar cidadãos não-críticos para o mercado de trabalho, e, por fim, formar cidadãos apenas para ganhar dinheiro, torná-los consumidores do capitalismo, obedientes e sem tantos avanços à criticidade.

Observando o governo bolsonarista, não se vê uma política em prol do bem-estar social, somente questionamentos aos direitos da minoria, dos grandes latifundiários do país, e atendendo aos grupos empresariais de alto teor e domínio financeiro.

Para Freire (1974, p. 45.), “A opressão que se estabelece, enaltece um padrão de conformismo do povo em relação à violência”. Se a educação não for libertadora, nos mantemos reféns do sistema, nos transformamos em indivíduos não questionadores das práticas opressoras e, conseqüentemente, da padronização de uma educação sem crítica e sem participação política.

Ao contrário da política educacional adotada por Bolsonaro, a escola precisa formar estudantes participativos e argumentadores para a sociedade, mas, infelizmente, sabemos que o próprio sistema limita às escolas a um ensino tradicional, sem a autonomia para revolucionar esse sistema político falho. Portanto, as pessoas têm deixado cada vez mais de refletir, atrelados a uma falsa liberdade imposta, que por vezes nem se dá conta.

A partir disso, Freire ressalta:

Desde o começo mesmo da luta pela humanização, pela superação da contradição opressor-oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceitam a sua responsabilidade total. E que esta luta não se justifica apenas que passem a ter liberdade para comer, mas liberdade para criar e construir, [...] Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não escravo, nem uma peça bem alimentada da máquina. Não basta que os homens não sejam escravos; se as condições sociais fomentam a existência de autônomos. (FREIRE, 1970, 59-60).

Essas são questões que não se distanciam da perspectiva de educação do governo Bolsonaro, em que a nossa liberdade é ameaçada e vivemos pela busca incansável de exercer os nossos direitos como cidadãos. Podemos dizer que há determinado momento em que vivenciamos uma “tentativa de implantação do regime militar”, uma vez que as perspectivas conceituais são as mesmas, mas camuflados atrás de discursos a “favor” da democracia.

Retomando ao debate da educação no período da ditadura, especificamente no ano de 1968, no governo do Presidente Emilio Médici, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), implementado em 1971, que estabelecia o ensino de Leitura e Escrita para crianças e adultos analfabetos, visando uma melhora de vida desses indivíduos, e, conseqüentemente, a redução dos índices de analfabetismo naquela época, que ultrapassava os 33% da população nessa faixa etária, totalizando em 18,1 milhões de crianças e adultos. Estatísticas apresentadas pelo próprio programa, na época.

O Mobral predomina numa conjuntura do regime militar, no Brasil. Na época, os debates em relação ao analfabetismo no país afluíam para a consolidação de um novo modelo pedagógico. Nesse modelo, o analfabetismo era interpretado como efeito de uma situação de pobreza desencadeada por uma estrutura social não igualitária e, sendo assim, “a educação e a alfabetização deveriam partir de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da

identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los.” (MENEZES, 2001, p. 3).

O movimento foi bastante criticado como proposta pedagógica, por não se ver relação com a perspectiva de formação do homem, apenas o aprender a ler e escrever. O MOBREAL era controlado de maneira centralizada pelo regime, que temia que o programa se tornasse uma ameaça ao sistema. Dessa forma, muitos dos procedimentos adotados no início da década de 1960 foram reproduzidos, mas esvaziados de todo senso crítico e problematizador.

3.3 A Democracia

Entendemos que, a democracia, em seu conceito amplo, corresponde ao governo do povo e para o povo. Sendo o regime político adotado na grande maioria dos países ocidentais. GUERRA (s.d), afirma que Democracia significa, literalmente, “*o governo do povo*”, como conceitua a própria palavra “*demo*” (povo) e “*cracia*” (governo). No entanto, quando um Presidente da República direciona o seu governo para somente uma parte da sociedade, a palavra deixa de fazer sentido e se encaminha para uma possível aristocracia (*governo dos nobres*). E é o que vemos o governo Bolsonaro se posicionar e direcionar suas ações.

Neste sentido, na democracia, um grupo de representantes são escolhidos pelas eleições direta e, através da maioria dos votos, são eleitos para governarem por determinado período e representar a soberania dos cidadãos. Dentro do que chamamos de aspectos sociais, a democracia assegura os direitos relacionados à educação, saúde, moradia, segurança, transporte, lazer etc.

Para os aspectos políticos, GUERRA (s.d) contribui:

No pensamento político moderno, a democracia é vista em oposição as formas absolutistas e ditatoriais de governo. O estado democrático é concebido com o objetivo de garantir certos direitos fundamentais a cidadania, geralmente divididos em direitos civis, políticos e sociais. Entre os direitos civis estão a liberdade de expressão, de imprensa, de associação e de reunião e proteção contra a prisão arbitrária. Os direitos de votar e de ser eleito para um cargo no governo são exemplos de direitos políticos. (GUERRA, s.d. P.3). ‘grifos do autor’.

Ou seja, a democracia, é garantida através das instituições, direitos e práticas, asseguradas pelas tomadas de decisões coletivas, em que mesmo uma maioria decidindo uma eleição e seus representantes, as minorias não devem ter os seus direitos ameaçados, pois todos os votos têm o mesmo peso quanto aos seus direitos.

Após uma longa trajetória de autoritarismo no Brasil, no qual vivenciamos um período de ditadura, de 1964 até 1985, lentamente iniciou-se o processo de “pluripartidarismo”, surgindo partidos como: PMDB, PTB, PDT, PT e PDS³ e, apesar das grandes manifestações das “Diretas já”, em 1984, iniciadas pelo povo e que objetivava aprovar eleições diretas para Presidência da República, foram rejeitadas as eleições pelo voto popular para Presidente. Tancredo Neves venceu as eleições indiretas em 1985, por ter seu nome indicado por boa parcela de políticos, sendo, este, o último presidente eleito indiretamente, sem a participação do povo. É importante destacar que essa negociata política ocorrida entre militares e civis se deu como uma forma de não punição do Estado aos militares em troca da anistia dos presos políticos, compostos por artistas, intelectuais, políticos de esquerda.

Não deu nem tempo de assumir o cargo de Presidente, pois, acometido por doença, Tancredo morreu no mesmo ano, assumindo então o seu vice – Jose Sarney. Em seguida, um marco histórico iniciou-se nesse pós1985, que foi a Nova República. Neste sentido, sabemos que já não havia mais uma ditadura militar, já que havíamos conquistado a democracia assegurada pela Constituição de 1988. Para alguns historiadores, o Brasil só passou a viver de vez a democracia, após a Constituição ser promulgada. Ou seja, para eles, de 1985 até então, o país viveu momento de transição democrática, ainda com resquícios ditatoriais.

Implementou-se a nova Constituição em 1988, determinando o fim da censura, retornando as atribuições do poder público e político e a ampliação dos direitos sociais.

Fernando Collor foi o primeiro presidente a vencer as eleições diretas, pelo voto popular, em 1989, assumindo em 1990. Ele era um jovem, bom de oratória que seduzia as elites com a proposta de abrir o país para o mercado internacional. Ele seduziu a população com a promessa de “prender os marajás”. Seu adversário político era Lula, que apresentava um grande plano de trabalho, com reforma agrária radical e grandes mudanças nas desigualdades sociais do país. Porém, seu projeto não passou pelo crivo do eleitor e Collor venceu as eleições no segundo turno.

Em 1990, houve as eleições para governador, em que Collor não teve nenhum candidato de sua indicação como vitorioso, por se mostrar incapaz de dialogar com o Congresso Nacional. Resultado de seu governo: manifestações em prol do ajuste salarial, informações e boatos de corrupção e, posteriormente, manifestações pelo seu *impeachment*, por ser acusado de corrupção junto com seu parceiro, o marqueteiro, Paulo César Farias (PC Farias). Sendo assim,

³ Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Social (PDS)

Collor perdeu total apoio, desistiu da presidência e, depois, foi condenado. Seu vice, Itamar Franco, ficou em seu lugar.

Após isso, Fernando Henrique Cardoso disputou a eleição seguinte, vencendo Lula, o principal candidato opositor. Em seu governo, aprovou o plano de reeleição para presidente da República, provocando protestos por veem essa aprovação como antidemocrática, mas permaneceu e foi adotado por todas as forças políticas do país. FHC domou a inflação, promoveu a mobilidade social, distribuição de renda, assegurando-lhe mais uma eleição, e contra Lula novamente. Em seu segundo mandato, FHC baixou drasticamente seu índice de popularidade, quando ameaçava privatizações em vários setores, retorno à inflação alta, governo impopular etc.

Lula começou a ganhar mais notoriedade na política pela sua grande vontade de melhorar as condições de vida, de trabalho e de participação política, como parte do movimento democrático, para assim mudar as desigualdades sociais que tanto infringiam o país. Cada eleição participada, Lula evoluía e conquistava quantitativos números de votos, o que demonstrava a vontade de mudança em um país democrático, mas que ainda possuía fortes traços de uma elite que ainda manifestava preconceito com suas origens, tanto geográfica, quanto profissional, já que ele era torneiro mecânico, e de viés ideológico de esquerda, além de outros.

Em 2003, Lula tomou posse de seu primeiro mandato como Presidente da República, e dele ecoava uma esperança no povo brasileiro. Era um político bem-humorado, chefe vertical e conciliador, acessível ao diálogo, chegando a ser intitulado como, “Lulinha Paz e Amor”. Seu governo foi marcado por ações democráticas que provocavam grandes impactos sociais positivos, como, por exemplo, a implantação de programas sociais, tais como:

O programa Bolsa Família, assegurando uma renda mínima aos mais desfavorecidos; o crédito consignado, direcionado aos assalariados da função pública; o aumento real do salário-mínimo; a diminuição de impostos sobre alimentos básicos e materiais de construção. Além disso, o governo beneficiava-se de uma conjuntura favorável, registrando-se curvas ascendentes da produção e do emprego. (REIS, 2014. p. 120).

O governo Lula se empenhava num olhar voltado para as políticas públicas que enxergassem o pobre. Ações democráticas que priorizavam *oportunidades*, valorização do trabalhador, participação nos assuntos políticos, distribuição de renda, emprego, tudo o que a sociedade precisa para progredir.

Quanto à educação, o Ministro de Lula, Fernando Haddad, criou programas com amplo acesso dos estudantes ao ensino universitário público, por meio do Exame Nacional do Ensino

Médio (ENEM), uma prova de admissão no ensino superior, além de ampliar a entrada dos estudantes em universidades particulares, com a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNE) - com a expansão de financiamento estudantil (FIES) com juros abaixo do operado no mercado, criado ainda no governo de FHC, e, em seu governo, Lula expandiu a quantidade de bolsas ofertadas. Foram medidas de democratização do ensino e projetos concretos e inclusivos.

Além dos governos de Lula, outra presidente, também democrata, foi Dilma Rousseff, inclusive nomeada pelo Partido Trabalhista (PT). Dilma foi a primeira mulher a ser eleita presidente do Brasil, em 2011, se estendendo até o seu segundo mandato, em 2016, quando sofreu um Impeachment, que foi claramente visto como um golpe parlamentar que queria derrubar o seu governo e implementar uma política mais conservadora. Uma ruptura pelo *impeachment* sem crime, ou seja, o golpe que ela sofreu e a tomada de governo de seu vice, Michel Temer. Foi isso que resultou esse governo fascista de Bolsonaro, após prisão de Lula devido a forjada Lava Jato, em nome de Sérgio Moro. Isso deu a acessão de Bolsonaro ao poder.

O governo Dilma manteve a direção do governo Lula, focando nas políticas sociais, investimentos voltados à educação, e desenvolvendo ações de defesa as minorias sociais. Além disso, intensificou investigações de crimes cometidos durante a Ditadura Militar. Isso, obviamente, gerou reações adversas dos opositores conservadores que são contra as políticas de inclusão dos governos petistas.

Diferente dos governo petistas, em que o país vivenciou a democracia, respeitando os meios de comunicação, o direito do cidadão de ir e vir e em prol do bem comum, sendo um governo para todos (ou pelo menos para a grande maioria do povo), o governo de Bolsonaro se mostra o contrário disso, destinando o seu olhar aos ricos e milionários do país, bem como, aos grandes empresários e latifundiários renomados, em especial os da soja, sem projetos sólidos voltados à Educação, ou à sociedade mais afetada pela pobreza e miséria.

Após 58 anos de superação do golpe de 1964, neste ano de 2022, digamos que o Brasil está em processo de construção de sua democracia, encontrando-se com esta abalada pela vontade de Bolsonaro de destituir o Superior Tribunal Federal – STF – além de querer calar os jornalistas, dentre outras medidas autoritárias que ele tenta tomar, todavia, é barrado pelas instituições superiores.

Sabemos, pois, que hoje temos o país governado por um ex-militar com postura antidemocrática, tentando usufruir de seu poder, como tratamos neste trabalho, para intervir na nossa Constituição, como também nas instituições, atuando contra o STF e o Congresso e, ainda pior, tendo como seu “ídolo”, Carlos Alberto Brilhante Ustra – um torturador da ditadura

militar, que em seu comando foram contabilizados 434 mortos e desaparecimentos no Brasil no período da ditadura militar.

Diante do atual contexto em que o Brasil se encontra, com mais de 600 mil mortes ocasionadas pela covid-19, relembrar esse discurso leva-nos a entender o desprezo de Bolsonaro quanto à democracia e à vida. Para ele, morrer inocentes não faz diferença, o importante é calar pessoas, matar pessoas, em nome de um projeto esvaziado e desprezível que ele defende.

Diante de tamanhas intervenções nas escolhas do povo, pressupomos que a democracia do governo Bolsonaro, seja nada mais que uma “aparência” de participação do povo nas decisões políticas, embora o seu sentido real seja efetivamente relacionado à participação dos indivíduos nos assuntos públicos. A fim de tumultuar as eleições de 2022, ele começou a pôr em dúvida a licitude e segurança das urnas eletrônicas, dispositivo que o elegeu durante mais de trinta anos de sua vida política. Ou seja, o objetivo dele é conturbar o processo eleitoral, para causar fratura à democracia.

Dentro do que chamamos de democracia, a soberania é o povo, e o povo tem o direito de uma liberdade em diversos aspectos, inclusive política, e de participar efetivamente na cena pública, isso assegura o nosso direito de buscar a regularização dos conflitos sociais e do bem comum, e se não for dada a cada cidadão o seu direito de intervir nos assuntos do país, não há chances de conquistar uma sociedade justa.

Para concluirmos o conceito e objetivo de democracia, Guerra (s.d) reforça:

No mundo ocidental em geral considere-se a democracia representativa como o regime político mais eficaz para promover maior liberdade e direitos para os cidadãos com o mínimo de abuso do poder político. [...]os critérios à democracia representativa consideram que houve um abandono real dos ideais democráticos, nas mãos de representantes que não se preocupam de fato com a coisa pública; argumenta ainda a impossibilidade de manter um sistema autenticamente democrático frente a influência crescente da riqueza, a enorme desigualdade social, a irrefreada corrupção, a escalada da violência e a disseminação de ódio, preconceito e guerras. (GUERRA, s.d. p. 5) ‘grifos do autor’.

Paulo Freire (1987), contribui com essa discussão, apontando que a desconstrução do mundo da opressão ocorre pela crítica, pela instauração da dúvida permanente, o que gera um processo de transformação que deve ser feito, conjuntamente, pelo educador e pelo povo. É preciso entender a história dos indivíduos para que se efetivem os direitos humanos.

Na próxima seção, explicitaremos, no contexto do trabalho, os discursos do Presidente da República e faremos a análise na perspectiva da Análise do Discurso, como apontado na metodologia desse estudo.

4 DISCURSOS AUTORITÁRIOS E O DESCOMPROMISSO COM A DEMOCRACIA: ANÁLISE DO DISCURSO DE BOLSONARO

Nesta seção, nosso objetivo é explicitar, no contexto deste trabalho, os discursos do Presidente da República, conforme recorte feito. Vamos analisar na perspectiva da análise do discurso, como apontado na metodologia desse estudo. Faremos isso, organizando as leituras e reflexões em dois itens. No primeiro, apresentaremos e identificaremos diversas falas do Presidente, em especial o discurso de dia 7 de setembro de 2021, buscando, nela, o descompromisso com a democracia. No segundo, como parte dos desdobramentos e impactos de um governo autoritário, mostrando algumas questões/problemas vividos pela sociedade brasileira no campo da educação durante este governo.

Neste sentido, precisamos compreender, a partir de uma perspectiva histórica – a política no Brasil, refletindo sobre o contexto do autoritarismo e suas nuances – como a Tortura, o Regime militar, a ruptura de 1964, e os impactos dos discursos autoritários, até chegarmos ao governo do Brasil atual.

Nesta perspectiva, Barros afirma que é importante,

discutir as condições históricas em que esses discursos foram construídos, uma vez que eles constituem uma dispersão de textos disseminados na sociedade, além de outras manifestações de violência, ameaças, ofensas, instigadas pelo efeito pós-eleição, a ponto de segmentar e polarizar discursos e ideologias que culminaram com a segregação política do país, podendo-se dizer, quase que intolerável para alguns segmentos. (BARROS, 2020. p. 4.)

Além disso, destacar outros discursos de Bolsonaro, que resvalam, diretamente, na tentativa de impor um sistema autoritário em seu governo, na perspectiva de concentração e exclusividade do seu exercício de poder em detrimento de outras representatividades e apontar algumas possibilidades de mudanças desse quadro a partir do olhar do campo educacional, é também nossa pretensão.

4.1 Os Discursos Autoritários

Antes de adentrarmos às análises dos discursos proferidos pelo presidente, vamos apontar, ainda, alguns elementos teóricos relacionados ao enfoque metodológico da análise de discurso e que consideramos relevantes para as reflexões nesta parte do estudo.

Compreender os sentidos e as contradições de um governo autoritário supõe uma concepção de história que dê conta do movimento que a sociedade brasileira tem vivido nos últimos anos. Neste sentido,

A história é, então, um sentido à espera de “atualização” – correções, retificações, acréscimos ou apagamentos. Ou seja, à espera de um gesto de interpretação por parte dos sujeitos. Para a Análise do Discurso, a história é produção de sentidos. Não é contexto nem explicação, muito menos cronologia. A intervenção da história no dizer, fazendo com que o sentido seja dotado de movimento, se dá pela atuação das práticas sociais e de seus significados. Assim, na Análise do Discurso, entre a língua e o discurso (seu objeto de análise), não vigora uma oposição, e sim, uma contradição. A história não é exterior ao discurso, como determinação: sua posição é interna a ele, uma vez que é a responsável pela constituição do sentido. Como lembra Orlandi (2004), a ordem da língua (a materialidade histórica dos processos de significação) e a ordem da história (a materialidade simbólica da relação do homem com o mundo) constituem a ordem do discurso (TASSO, 2021 p. 5).

No processo de análise do discurso do presidente, no contexto de um governo autoritário, é importante procurar entender que sentido histórico está presente fundamentando o ato discursivo presente naquele contexto.

Fernandes (2007, p. 15) citando Pêcheux, diz que as palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem. Essa é uma perspectiva importante em nosso estudo.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (Pêcheux, 1997, p. 190 apud FERNANDES 2007, p. 15).

Fernandes (2007, p. 16) adverte que, dessa maneira, se instaura um campo de conflitos no qual diferenças sociais coexistem. Se há diferenças, há embates no social e, conseqüentemente, no linguístico. O que marca as diferentes posições dos sujeitos, dos grupos sociais que ocupam territórios antagônicos, caracterizando tais embates, é a ideologia, é a inscrição ideológica dos sujeitos em cena. Portanto, a ideologia é imprescindível para a noção de discurso, não apenas imprescindível, é inerente ao discurso.

Em razão dessas questões, buscamos em nosso estudo leituras para entender conceitos importantes para continuidade do processo de desenvolvimento da pesquisa. Especialmente questões articuladas com o conceito de discurso. Fernandes (2007, p. 19-20), argumenta e indica vários conceitos que precisam ser buscados para iniciar uma reflexão sobre o discurso.

Na perspectiva da Análise do Discurso, buscamos compreender conceitos, como:

- **Sentido:** trata-se do efeito de sentido entre sujeitos em enunciação; nega-se a ideia de mensagem encerrada em si; contesta a imanência do significado;
- **Enunciação:** posição ideológica no ato de enunciar e que integra a enunciação, lugar sócio-histórico-ideológico de onde os sujeitos dizem e que marcam o momento e o ato de dizer;
- **Ideologia:** uma concepção de mundo do sujeito inscrito em determinado grupo social em uma circunstância histórica. Linguagem e ideologia são vinculadas, essa se materializa naquela. Ideologia é inerente ao signo em geral. Sendo assim, diante de toda e qualquer palavra enunciada, procuraremos verificar qual (ou quais) ideologia(s) a integra(m);
- **Condições de produção:** aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem o discurso, ou que possibilitam ou determinam a produção do discurso.
- **Sujeito discursivo:** constituído na inter-relação social, não é o centro de seu dizer, em sua voz, um conjunto de outras vozes, heterogêneas, se manifestam. O sujeito é polifônico e é constituído por uma heterogeneidade de discursos (FERNANDES, 2007, p. 19-20).

Essas são acepções importantes para nosso estudo e, para a AD, é ainda o que afirma Fernandes,

Na Análise do Discurso, para compreendermos a noção de sujeito, devemos considerar, logo de início, que não se trata de indivíduos compreendidos como seres que têm uma existência particular no mundo; isto é, sujeito, na perspectiva em discussão, não é um ser humano individualizado. Se não se trata do indivíduo, da pessoa, como uma instância plena de individualidade, como um ser empírico que tem existência particular, não se nega também a existência real dos sujeitos em sociedade. Com isso, afirmamos que o sujeito, mais especificamente o sujeito discursivo, deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro (FERNANDES, 2007, p. 22).

Como o foco principal de nosso estudo é análise de discursos de um sujeito histórico que ocupa lugar de destaque na história, o Presidente da República, as reflexões de Caregnato e Mutti jogam luzes neste debate. Apoiado em um discurso político, que parte de uma ideologia política, ressalva: “O analista ao utilizar a AD fará uma leitura do texto enfocando a posição discursiva do sujeito, legitimada socialmente pela união do social, da história e da ideologia, produzindo sentidos.” (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p.681).

Essas considerações são importantes para nosso movimento de analistas dos discursos. Obviamente, que não temos condições de realizar um estudo histórico e político com o aprofundamento necessário. Por isso, trataremos, a seguir, as falas do Presidente da República nas quais esse sujeito histórico apresenta para a sociedade seu modo de pensar sobre a sociedade brasileira e o papel do governo, a partir de diversos temas abordados em suas falas.

Vimos, durante toda a sua candidatura, que o Presidente da República projetou um governo de “perspectiva autoritária” com o argumento de restaurar a “ordem” no país. No início de seu governo, ele criou leis para liberar armas de fogo por parte da sociedade civil, como forma de ampliar seu eleitorado, como também fortalecer os já seguidores. Tal atitude resvalou

no modo de pensar uma sociedade ‘preparada’ para o embate social. Armar as pessoas pode resultar em matança sem controle. Sendo assim, partirmos para a seguinte reflexão: como elegemos um presidente a favor da violência, do autoritarismo, que apoia, confia e acredita no regime militar, diante de tudo que sabemos sobre tal política? É difícil compreender. Como elegemos um militar com essas tendências ditatoriais para assumir o comando do país, que tanto demoramos para conquistar a democracia?

Visivelmente, Bolsonaro se espelha no regime militar para sustentar o seu governo para aqueles que se declaram patriotas e conservadores, apologistas do tradicionalismo arcaico, violento e fascista, assim como o presidente é. Na verdade, quem elege um Presidente que é favorável à tortura, como ele mesmo declarou, em uma entrevista ao programa, Câmara Aberta, da TV Bandeirantes, “Eu sou favorável a tortura, tu sabes disso” (BOLSONARO, 1999), coaduna com mortes de inocentes. Vemos isso também em relação ao aumento de mortes atribuídas aos policiais aos jovens negros e favelados, pois até parece que tais policiais têm aval para matança de forma violenta, covarde e sem defesas das vítimas.

Bolsonaro, antes mesmo de se tornar o Presidente da República, declarou diversas vezes o seu posicionamento a favor da tortura, não somente quando trouxe à tona a memória de um torturador, mas quando declarou a Fernando Henrique Cardoso, ainda em 1999, que:

Através do voto, não vai mudar nada neste país, nada, absolutamente nada. Você só vai mudar, infelizmente quando nós partirmos para uma guerra civil. E fazendo o trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil, se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente. (BOLSONARO, 1999. s.p)

Eis, pois, apenas um pequeno recorte de falas do presidente, que nos faz questionar se o desprezo, a indiferença, o descaso etc., também não é um manifesto à tortura, só que acolhido num manto ponderado do tolerável pela sociedade, até porque, as torturas dos militares, na época da ditadura, tinham o acolhimento e anuência de uma parcela da sociedade. Essa mesma sociedade que apoia e concorda com a postura bolsonarista.

Portanto, trazemos essa reflexão para compreendermos os agravos de práticas autoritárias, bem como ressaltar a importância de se viver em um país democrático, com direitos humanos existentes. Porém, atualmente, esses direitos estão sendo cada vez mais suprimidos, ameaçados e violados pela autoridade, no caso, o Presidente Jair Bolsonaro.

No dia 7 de setembro de 2021, data em que se comemora a “Independência do Brasil”, o Presidente Bolsonaro discursou na capital de São Paulo (SP), para uma imensidão de pessoas que ali o apoiava. Em seu discurso austero, Bolsonaro faz uso de falas emotivas, iniciando com a seguinte palavra: “São Paulo, minha terra querida, boa tarde!” Vale destacar que o governador

do Estado de SP, na ocasião – João Dória, aliado do presidente durante as eleições de 2018, mas que naquele momento estava em posições opostas, manifesta-se a favor do *impeachment* de Bolsonaro.

O Presidente sustenta todo o seu discurso de forma persuasiva, usando passagens bíblicas, do tipo, “Deus nunca disse para Israel ‘fica em casa que eu luto por você [...] Ele sempre disse, vai à luta que estou com você.” (BOLSONARO, 2021, p. 3), com o intuito de comover e aproximar ainda mais seu interlocutor/apoiador.

Sobre esse tipo de discurso, Barros (2020) afirma:

Como se sabe, todo discurso político tem como características alcançar, convencer e induzir a opinião de seu ouvinte/interlocutor. Assim sendo, no exercício desse propósito há estratégias a serem atingidas, a fim de que a fala seja recebida como verdadeira. Para tanto, o corpo entra nesse espaço como importante suporte ao que se diz, uma vez que este material foi lido para uma plateia convergente às ideias dele naquele evento político: (BARROS, 2020, p. 7).

Segundo Foucault (1996, p. 18), “Essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando em nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”.

Mais à frente, o presidente continua: “Hoje nós temos um presidente da República que acredita em Deus, que respeita os seus militares que defende a família, e deve lealdade ao seu povo” (BOLSONARO, 2021, p.1) na intenção de convencer os seus eleitores às suas ideias e insultando o governo anterior do Partido dos Trabalhadores (PT), como ressaltou em seu discurso de comemoração aos 1000 dias de governo, no dia 30 de setembro de 2020, a saber: “Na minha cadeira presidencial, não tem um comunista, socialista e ladrão sentado nela.” (BOLSONARO, 2021, p.2). Foi direcionado seus discursos nessa perspectiva, que conseguiu conquistar o seu eleitorado espalhando tantas *fake news*, no intuito de distorcer as ideologias do governo Lula. Impôs uma idolatria que tendenciou o povo brasileiro a acreditar em tudo o que falava. O comunismo e o socialismo a que Bolsonaro se refere, revalida o medo que impôs na sociedade burguesa, de perder o seu título de nobreza, de não existir mais a divisão de classes e de igualar as pessoas. Automaticamente, reforça nessas mesmas pessoas a imposição da divisão de classes, sabem que o governo de Lula sempre foi olhado para o “pobre” e para a classe trabalhadora, promovendo oportunidades jamais vistas, o combate à fome, apoio à agricultura familiar, políticas públicas voltadas aos desfavorecidos socioeconomicamente, direitos trabalhistas, mecanismos de compensação de inserção no ensino superior para todas as classes, entre outras propostas contundentes.

De fato, tudo isso ameaça o governo direcionado a “aristocracia” de Bolsonaro, passou 4 anos governando para uma parte da sociedade brasileira, priorizando a economia, quando tem-se milhões de pessoas passando fome, pela primeira vez, quase 60% dos brasileiros estão em insegurança alimentar. Fora a maior inflação do seu governo sendo depositada diretamente na maior necessidade do povo – nos alimentos, estando o dobro da inflação geral.

Diante disso, o discurso específico, em estudo, citado anteriormente, foi o alicerce desta pesquisa, para identificarmos a proximidade desse governo com o autoritarismo, com as incansáveis tentativas de interferir em tudo, e apresentando um caráter regressivo quanto à nossa democracia. Bolsonaro sustenta o país através de um “pseudopatriotismo” que ofusca as desigualdades socioeconômicas, usa “Deus, Pátria e Família” para manipular os seus eleitorados, sem medir as consequências do efeito bolsonarista perverso, frente aos mais frágeis socialmente.

Continuando neste discurso, o Presidente não se cansa de usar passagens bíblicas do tipo “conhecerei a verdade e a verdade vos libertará” (BOLSONARO, 2021. p.1), resvala sua incansável vontade de usar o nome do soberano Deus para enfatizar a manipulação da sua própria “verdade” e, não compreende que a fé e a religião não devem ser impostas a ninguém, e também desconsidera que o Estado é laico e ele o representa.

Além disso, aproveita-se do momento para falar sobre o período pandêmico, em que prefeitos e governadores apoiaram o “fique em casa” – o *lock dawn* – tão necessário naquele momento e, mais uma vez, usa da intolerância religiosa para manipulação: “proibiram vocês de trabalhar e frequentar templos e igrejas para sua oração” (BOLSONARO, 2021. p.1), quando milhares de pessoas morriam, familiares perdiam entes queridos, ele pouco se importava, sempre fortalecia a sua prioridade – a Economia.

Ainda neste discurso, o Presidente ataca o Supremo Tribunal Federal (STF), que é o sustentáculo de nossa democracia e sem estes, obviamente, entraríamos em sistema autoritário. Ele ameaça o Ministro do STF, Alexandre de Moraes, pois vê, neste, o impedimento de seu projeto desgovernado e sem medidas, que autoriza uso indiscriminado de *fake news*, distribuição ilegal de armas, apoio às milícias etc., posto que o referido Ministro já mandou prender apoiadores que se manifestavam contra o STF e que também enviavam *fake news* nas redes sociais em prol de Bolsonaro. Vejamos abaixo:

não podemos admitir que uma pessoa na Praça dos Três Poderes quer fazer valer a sua vontade. Quer inventar inquéritos. Quer suprimir a liberdade de expressão, não podemos mais admitir que pessoas que agem dessa maneira continue no poder exercendo cargos importantes, temos um ministro do Supremo que ousa continuar fazendo aquilo que nós não admitimos. Ou esse ministro se enquadra ou ele pede para

sair, dizer a esse indivíduo que ele tem tempo ainda para se redimir. Tem tempo ainda para arquivar seus inquéritos. Ou melhor, acabou o tempo dele. Sai, Alexandre de Moraes. Deixa de ser canalha. (BOLSONARO, 2021. p. 4.)

Adiante, ele ainda agride o Ministro com palavras ofensivas, induzindo os apoiadores a duvidarem das urnas eletrônicas:

qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou, não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança, não é uma pessoa do Tribunal Superior Eleitoral que vai nos dizer que esse processo é seguro e confiável. (BOLSONARO, 2021. p. 5).

Os insultos que o Presidente fez ao Ministro do STF, Alexandre de Moraes, bem como outra fala na qual Bolsonaro alega que o Ministro não se curva à Constituição, contrapondo-o a si mesmo, uma autoridade que comumente viola a Constituição, esta Lei Magna que garante “a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, segurança e à prosperidade” (CONSTITUIÇÃO, 1988. Art. 5º), além de incitar seus apoiadores a contrapor o ministro.

A origem desse discurso deu-se pela divergência entre o atual Presidente da República e o STF, quando este aceitou o pedido do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de investigação contra Jair Bolsonaro, com inquérito aprovado, por unanimidade, sobre os ataques ao sistema eleitoral. Após isso, Bolsonaro atacou e ofendeu o Presidente do STF – Luiz Fux e o Ministro Alexandre de Moraes -, o que ocasionou a suspensão, por parte de Fux, da reunião dos Chefes de Poderes, entre eles, o então Presidente.

Além disso, reitera: “Quando alguém do poder Executivo, começa a falhar eu converso com ele. Se ele não se enquadrar, eu demito. No legislativo não é diferente” (BOLSONARO, 2021. p.2), mais a diante: “Temos um ministro do Supremo que ousa continuar fazendo aquilo que nós não admitimos” (BOLSONARO, 2021. p.2). Diante dessas falas, torna-se um fato que Bolsonaro resvala a sua vontade de nomear qualquer outra pessoa de sua confiança para ficar à frente do Supremo, para que possa ter o controle. E é fato também que o Ministro Alexandre de Moraes não se deixou intimidar pelo autoritarismo de Bolsonaro. O Presidente ainda alega: “queremos paz, o diálogo e a prosperidade” (BOLSONARO, 2021. p.2), mas não se cansa de atacar intensamente Alexandre de Moraes, não dá abertura ao diálogo, porque simplesmente quer impor a sua vontade a qualquer custo, passando por cima de quem for, inclusive do STF, que não abre espaço para o que seja antidemocrático. Bolsonaro quer impor seu regime de poder sobre a instituição, STF.

Percebemos que o atual chefe do governo a todo momento tenta manipular seus eleitores, e no referido discurso de 7 de setembro não é diferente, vejamos o que ele ainda diz: “Não podemos admitir um ministro do Tribunal Superior Eleitoral, também usando a sua caneta

para desmonetizar páginas que criticam esse sistema de votação” (BOLSONARO, 2021. p. 5), referindo-se ao Presidente do TSE, Ministro, Luís Roberto Barroso, e aos votos auditáveis. Mais à frente diz: “Não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança por ocasião das eleições” (BOLSONARO, 2021. p.5), sendo que, as urnas eletrônicas desde que foram implementadas ainda no ano de 1996, não houve nenhuma ocorrência e/ou comprovação de fraude que justifique essa desconfiança/insegurança, além de que, os votos através das urnas eletrônicas, contam com uma série de comprovações de validação das urnas, como a biometria, comprovante de votação, criptografia, testes públicos de segurança, que são lacradas e *offline*. Inclusive, as urnas podem ser fiscalizadas de diversas formas, a saber: comparação dos relatórios e das atas das seções eleitorais com os arquivos digitais da urna; verificação de assinatura e resumo digital, auditoria do código-fonte lacrado e armazenado pelo TSE, comparação de recontagem do RDV com os boletins de urna etc.

Além disso, comumente, ele ainda subestima e “desfaz” dos jornalistas, como vimos numa entrevista em rede nacional, desrespeitando-os de forma muito agressiva e suntuosa, dizendo: “cala a boca! Vocês são uns canalhas! Vocês fazem um jornalismo canalha!” (BOLSONARO, 2021. p. 2). O que fortemente reverbera seu desrespeito à liberdade de imprensa, mesmo que sustente seus discursos a favor da liberdade, porém, suas falas e atitudes comprovam o contrário disso.

Todas as vezes que o presidente fala sobre assuntos estruturais na sociedade brasileira, fica clara sua visão distorcida dos fatos e da realidade. Vejamos como menciona o que pensa acerca dos povos indígenas, no Brasil, e no meio dessa discussão descarrega toda sua visão estereotipada acerca de situações adversas do país: “(...) com toda certeza, o índio mudou. Está evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós” (BOLSONARO, 2020. p.1).

Além disso, ainda reitera:

“Se eu chegar lá (na Presidência), não vai ter dinheiro pra ONG. Esses vagabundos vão ter que trabalhar. Pode ter certeza que se eu chegar lá, no que depender de mim, todo mundo terá uma arma de fogo em casa, não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola.” (BOLSONARO, 2017, p.2).

Em um governo, deve ser prioridade instaurar política social e, nessa vertente, construir um país assegurado no bem-estar social e atrelado numa perspectiva assistencial e humanista, ou seja, garantir a dignidade, a caridade e direitos sociais. Assim aponta ZAMBELLO (2016):

A abordagem mais recorrente sobre um Estado de Bem-Estar leva em consideração a desmercadorização das pessoas, ou seja, a garantia da sobrevivência dos indivíduos se daria para além do oferecimento da força de trabalho no mercado. O Estado assume a função de garantir aos cidadãos os requisitos básicos para que, ao se encontrarem

desamparados pelo mercado, possam, de qualquer forma, sobreviverem. (ZAMBELLO, 2016, p. 4).

Para compreendermos o contexto atual do Brasil, e por ser uma pesquisa científica baseada, em especial, na perspectiva da AD, é necessário fazer um arcabouço da história e dos discursos de Bolsonaro, enquanto político e Presidente do país, desde a sua pré-candidatura, eleição e governo para Presidente do país, para juntos compreendermos as configurações histórico-políticas deste momento, como já ressaltamos. Todavia, já sabemos que a base desse governo é toda militar, eles estão em diversos cargos nos setores do Planalto, e ainda em outros espaços com o objetivo de garantir a governança, segundo a crença de governo creditada pelo Presidente. Além disso, os militares são aptos a opinar, sugerir etc, no governo, e ainda serem acatadas suas posições. Sendo assim, o país é marcado por uma administração de base militar escolhida ‘a dedo’ por Bolsonaro, mostrando, assim, a perspectiva política desse sujeito discursivo/presidente.

No discurso em questão, Bolsonaro ainda diz: “[...] as cores da nossa bandeira são verde e amarela. Cada vez mais nós somos conservadores” (BOLSONARO, 2021. p.6). Esses valores conservadores que o então Presidente prega, demonstra bem o efeito bolsonarista alcançado, essa disseminação de ódio, desrespeito à liberdade e intolerância religiosa e uma vontade absoluta de estabelecer uma única religião como verdade num Estado Laico. Além disso, reforça o padrão da família tradicional nesses apologistas ao conservadorismo extremo, esquecendo-se que essa não é a única estrutura familiar funcional. As cores da bandeira a que o Presidente se refere, traduz uma objeção a cor vermelha da bandeira petista, porém, a bandeira é de todos, esse (des)governo tomou o seu uso para fazer a sua política manipuladora e mostrar que quem não vota ao seu favor não é patriota, mas isso não é a verdade, pois defender a bandeira condiz com o respeito a mistura de raças, culturas e a diversidade desse Brasil.

No desfecho de seus discursos, Bolsonaro novamente reforça o uso do nome de Deus, na tentativa de sensibilizar seus apoiadores de forma apelativa, vejamos:

[...] O apoio de vocês é primordial, é indispensável, para seguirmos a diante. Nesse momento quero mais uma vez agradecer a vocês, agradecer a Deus pela minha vida e pela missão. E dizer aqueles que querem me tornar inelegível em Brasília: só Deus me tira de lá. E aqueles que pensam que com uma caneta podem me tirar da presidência, digo uma coisa para todos: nós temos 3 alternativas, em especial para mim, preso, morto ou com vitória. Dizer aos canalhas que nunca serei preso. A minha vida pertence a Deus, mas a vitória é de todos nós. Muito obrigada a todos. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. (Bolsonaro, 2021).

Em outra ocasião, 2017, numa palestra no Clube Hebraica - Centro de Atividades Educativas e Religiosas, em São Paulo, Bolsonaro estava presente e em diálogo, disse: “eu fui com meus três filhos, ah foram quatro, eu tenho um quinto também, foram quatro homens, no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher.” (BOLSONARO, 2017 p. 1). Neste discurso, notamos o sarcasmo do Sr. Presidente quando se refere às mulheres. Vale lembrar que, por ser a autoridade máxima no país, ele influencia pessoas, portanto, proferir um discurso misógino, de aversão e ódio à mulher, atitude um tanto irresponsável, especialmente, quando se vive em um país dominado pelo machismo, em que a violência contra as mulheres triplicou nos anos de 2021 e 2022(se houver estatística confiável, coloque), pois, conforme constatamos nos noticiários jornalísticos, a cada meia hora uma mulher é assassinada por um homem, ou seja, os índices de feminicídios são alarmantes, tristes e assustadores, uma vez que ocupamos o 5º lugar no mundo nesse quesito.

Ainda nesta linha de pensamento, Bolsonaro tomou medidas contrárias aos interesses das mulheres, vetando a lei 4968/19, criada pelo ex-Presidente Lula, em 2003, projetada pela Deputada Federal, Marília Arraes (PT-PE), que prevê a distribuição de absorventes higiênicos para as estudantes de baixa renda do Ensino Fundamental e Médio, uma ação que provocaria um impacto positivo na diminuição da pobreza, em relação à saúde menstrual das adolescentes.

Bolsonaro (2016) também é autor de discursos excludentes, ao afirmar que “não empregaria (uma mulher) com o mesmo salário“ (29 de junho, 2016) em uma entrevista a um programa de televisão, na REDETV.

Como sabemos, Bolsonaro tem históricos de agressões contra mulheres, em 27 de agosto de 1998, quando, na ocasião, ele esmurrou, por trás, de forma covarde, a cabeça de uma funcionária do Planajur, empresa de consultoria jurídica que prestava serviços para o Exército. Na época, o até então Deputado assumiu a agressão para o Jornal do Brasil. Em julho de 2021, ele foi acusado pela ex-mulher de agredi-la, segundo o jornal Folha de S. Paulo. Em 2014, foi condenado a pagar multa e se redimir publicamente por atacar a Deputada Federal, Maria do Rosário (PT-RS) e, obviamente, todas as mulheres, porque ela levantou a defesa de que os estupradores da Ditadura Militar fossem responsabilizados por seus crimes. Bolsonaro então diz em um discurso na Câmara dos Deputados: “fica aí, Maria do Rosário, fica. Há poucos dias tu me chamaste de estuproador, no Salão verde e eu falei que não ia estuproar você, porque você não merece”, (BOLSONARO, 2003, p. 1). Vale informar que todas as falas de Bolsonaro não são individualizadas, elas representam grupo de pessoas, instituições, setores etc que coadunam com esse mesmo pensamento, e que se sentem representados e contemplados pela fala do presidente.

Ao ser questionado pela cantora Preta Gil, quando ainda Deputado, sobre o que ele faria se o seu filho se apaixonasse por uma mulher negra, ele a insultou: “Ô, Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. E meus filhos foram muito bem-educados e não viveram em ambiente como, lamentavelmente, é o teu” (BOLSONARO, 2011, p.2). Logo, é notória a prática da misoginia e de machismo por parte do até então, deputado. Há um racismo escancarado, quando diz que seus filhos foram “muito bem-educados para se apaixonar por uma negra”, alegando que branco se envolve com branco e que negros são mal-educados, e mais, que o ambiente de um negro é lamentável. Mais uma vez, ele dissemina o seu preconceito e enfraquece as lutas contra as práticas racistas que vem sendo desconstruídas ao longo dos anos, após o período da escravidão, especialmente quando consideramos os aspectos estruturais e institucionais, além do que, as oportunidades no mercado de trabalho, a distribuição de renda, o percentual da população carcerária e as condições desiguais de moradia etc., mostram e só ressaltam isso.

Voltando ao ano de 2017, em sua palestra para o clube hebraico, citado acima, após fazer uma visita ao Quilombo do El Dourado, Bolsonaro disse: “olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriadores servem mais. Mais de um bilhão por ano gastados com eles”. (BOLSONARO, 2017, s/p). Isso quer dizer que podemos estabelecer uma visão racista, que, para ele, pessoas que não se enquadram em um determinado perfil racial devem ser eliminadas, visto que ele apoia a naturalização do extermínio dos quilombos e, conseqüentemente, de pessoas negras.

É importante ressaltar que o lugar institucionalizado de Bolsonaro, Presidente da República, impõe a ele uma fala de forte projeção e repercussão, uma vez que o lugar de sujeito dele o faz se sentir autorizado para falar quaisquer asneiras que sejam. Tais declarações representam também o lugar ideológico e, nesse caso, um forte flerte com o fascismo.

No ano de 2022, os índices de racismo aumentaram em relação ao ano de 2021, e isso deve-se também ao Presidente da República, posto que ele fortalece esse aumento e enfraquece as lutas pelo fim do racismo, quando, de forma irresponsável e desumana, dissemina esses discursos.

Ainda na tentativa de compreender as falas de Bolsonaro e sua perspectiva de governo, destacamos outros discursos. Em 2010, para a TV Câmara, o qual salienta: “O filho começa a ficar assim meio *gayzinho*, leva um couro e ele muda o comportamento dele. Tá certo? Já ouvi de alguns aqui, olha ainda bem que levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem” (Bolsonaro, 2010, n/p). Em entrevista à Revista *Playboy*, em 2011, declarou que preferia ver o filho morto, do que *gay* e que seria incapaz de amar um filho homossexual.

Esses posicionamentos apresentados não são opiniões isoladas. Elas representam sujeitos que coadunam com os mesmos sentimentos, posturas e opiniões. Ou seja, há grupos na sociedade que aplaudem, disseminam e até riem de declarações desse tipo. Assim, quando um Presidente – figura representativa de maior autoridade, tem esse tipo de conduta, ele reforça na mentalidade do ouvinte o que já é enraizado, e de maneira irresponsável, Bolsonaro enfraquece as lutas constantes em busca do extermínio desses preconceitos por parte da sociedade.

Já em 2020, no Dia Internacional contra a Homofobia, o Brasil registrou 237 mortes violentas de LGBTQIA+, e pelo 4º ano consecutivo, é o país que mais mata pessoas, segundo o relatório produzido pelo Observado de Mortes e Violências contra LGBTQIA+. Quando relembramos esses discursos no contexto em que estamos vivendo, mais uma vez a disseminação de ódio gratuito de quem deveria promover estratégias de erradicação do preconceito, mas para ele é abominável que existam pessoas homossexuais, e que a escolha sexual individual delas devem ser motivo para serem “curadas” com umas ‘boas’ palmadas. Ou seja, a influência negativa que coloca em risco a vida das pessoas por, simplesmente, serem quem/como são, isto é, pessoas comuns e normais.

Mediante tantos discursos absurdos, que flertam com o fascismo⁴, e podíamos citar outros diversos, ainda temos o desrespeito dele à vida de milhares de pessoas que perderam familiares, filhos, pais, parentes, no geral, no período pandêmico, ocasionado pelo vírus SARS-Cov-2, COVID-19, repreendendo os prefeitos e governadores que defendiam o *lockdown* e rejeitando o uso de máscara no auge da pandemia, em que centenas de pessoas morreram. Além disso, ainda indicou remédios ineficazes contra Covid, sem nenhuma base científica.

Podemos identificar diversas ações e falas do atual Presidente nas quais se mostram indiferentes às tragédias ocorridas com a população, ou mesmo ressalta seu desprezo ao ser humano. Destacamos, por exemplo, quando, durante a pandemia da Corona Vírus, SARS-19, em que ele declara, ao ser perguntado sobre as mortes, não ser coveiro, e que fosse perguntar sobre as vacinas a mãe da pessoa que indagou tais compras. Vimos, ainda, quando o país registrava mais de 500 mil mortos, ele imitando e debochando das pessoas com falta de ar, referindo-se à forma como os infectados se sentiam e vinham a óbito.

Durante diversas tragédias ocorridas no Brasil, durante seu governo, inclusive catástrofes ecológicas, como a enchente ocorrida na Bahia, Bolsonaro sequer soltou nota oficial,

⁴ De forma geral, o fascismo é um [regime autoritário](#) com **concentração total do poder** nas mãos do líder do governo. Esse líder deveria ser cultuado e poderia tomar qualquer decisão sem consultar previamente os representantes da sociedade. Além disso, o fascismo defende uma **exaltação da coletividade nacional** em detrimento das culturas de outros países.

ou foi visitar o local, a fim de apoiar as pessoas que perderam seus entes queridos, suas casas, suas referências. Em outro episódio de assédio psicológico, ele se referiu à Deputada Federal, Maria do Rosário, dizendo que ela era tão feia, que ele não tinha coragem de “comê-la”, ou seja, de ter relações sexuais com ela, dentre outros.

No dia 1 de maio de 2022, data em que se comemora o Dia do Trabalhador, houve um ato bolsonarista, no Rio de Janeiro, em apoio à liberdade e ao Presidente, assim informavam as redes sociais de políticos próximos a ele, como Daniel Silveira – Deputado do PTB-RJ. A manifestação que, segundo o presidente não é um ato de protesto, contava com cartazes do tipo: “O STF é o câncer do Brasil”, além de paródias com letras sexistas em insultos à esquerda, como: “as minas de direita são as *tops* mais belas, enquanto as de esquerda têm mais pelo que cadela”; “para as feministas razão na tigela” e “Maria do Rosário (Deputada Federal pelo PT) não sabe lavar panela”; além de críticas à bandeira LGBTQI+ “meninas usam rosa, meninos usam azul”. Poucos jovens estavam presentes nessa manifestação em apoio ao Presidente, pessoas mais velhas predominavam. Há, também, registros de que jornalistas foram expulsos do ato, porque só “queriam mentir”.

Como Bolsonaro, assim também se comportam seus aliados da extrema-direita, a exemplo de Daniel Silveira - condenado a pena de mais de oito anos de prisão por atacar integrantes da corte, mas que no dia seguinte foi anulada por Bolsonaro, causando incertezas nos resultados do decreto e divergências nas análises dos especialistas, uma vez que revogar isso é um ato raro -, usou o palanque para fazer um discurso, o qual dizia ser “a favor da família”, emitindo as seguintes falas: “quem aqui vai permitir que alguns poucos venham dominar os nossos filhos, doutrinando e até mesmo *adestrando?*” (SILVEIRA, 2022, p. 6).

Nesse dia em questão, 1 de maio de 2022, em que poderia ser destinado à implementação de melhorias nas condições de trabalho, diminuição da taxa de desemprego que chega a 11,2 % e com grandes chances de aumento em 7,7% no ano de 2022, segundo o IBGE (2021), e é destinado, mais uma vez, a ataques ao STF, ameaça à democracia, insultos, disseminação de ódio, falas machistas, preconceituosas, homofóbicas e, claro, autoritárias. Esses episódios são nitidamente desviados das pautas que, de fato, comumente marcavam este dia que é atribuído aos trabalhadores. Além disso, vimos também atos de censura, quando, em ação comum e rotineira, tenta calar os jornalistas. Essas são práticas cotidianas no governo Bolsonaro e seus aliados.

Ainda acerca do discurso bolsonarista, à luz de sua perspectiva ideológica de política social, como já vimos, ainda está comprometida com a disseminação de ódio, sustentando discursos de um governo que se diz contemplado pelo princípio da liberdade de expressão, mas

que, na realidade, influencia significativamente a violência e o tolhimento do dizer. A proibição explícita de discursos de ódio está, contudo, garantida pela lei contra o preconceito em que resvala comportamentos discriminatórios. Acerca desse ponto, assim determina a Constituição Federal de 1988, Art. 3º, inciso XLI:

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; e no Art. 5º, inciso XLI, que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.

A LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte **Lei**: Art. 1º Serão punidos, na forma desta **Lei**, os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Constitui **efeito da condenação** a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses. (PLANALTO, 1989, Art. 1º e Art. 16º)

Não há um país democrático sem que exerça a liberdade de expressão e, no Brasil, isso não deve ser diferente, posto que, quando a sua liberdade infringe a liberdade do outro, a democracia é afetada, e pode deixar de fazer sentido.

4.2 Impactos do autoritarismo bolsonarista no campo da educação

Desde que foi eleito, em 2018, Bolsonaro enfrenta polêmicas em seu mandato, muitas vezes, por conta de sua conduta/postura mediante variados assuntos e práticas e, também sobre o que diz.

O governo de Bolsonaro insiste em falar de democracia e manter seus princípios baseados em uma sistemática “ditatorial”, em que tenta intervir de todas as formas nas decisões das instituições fortalecendo uma rivalidade contra o Supremo Tribunal Federal - STF, a qual sustenta a nossa democracia. Vemos, em seu governo, o grande número de escolas militarizadas que se expandiram em todas as regiões do país, com o intuito de manter um regime austero e com teor ideológico sob a vertente bolsonarista. Ademais, as escolas de Ensino Fundamental e Médio sofreram mudanças curriculares eliminando disciplinas relevantes para a formação crítica e humanísticas dos alunos, a exemplo da retirada de Filosofia, Sociologia, dentre outras.

Eleito defendendo sempre o discurso da família, a pátria e religião, bem como levantando a bandeira anticorrupção, Bolsonaro já se viu exposto por seus posicionamentos insustentáveis por diversas vezes, inclusive sendo alvo de acusações de ‘rachadinhas’ e

corrupção no ramo imobiliário, com compras de dezenas de apartamentos, juntamente com os filhos e familiares em geral (ex-mulheres, cunhados, a própria mulher etc.).

Além do mais, em relação ao seu próprio *staff*, montado para a governança, para citar somente o MEC, durante seu mandato já houve troca de quatro Ministros da Educação, inclusive alguns deles por acusação de corrupção e, no total, soma-se 28 permutas de ministros neste governo.

Quando olhamos para a educação e em especial para a escola pública no nosso país, vemos que os discursos bolsonaristas protagonizam e contribuem para uma realidade bastante excludente e frágil, já que tais posicionamentos do sujeito discursivo, Bolsonaro, fomentam ainda mais as mazelas vividas nesses espaços, pois sabemos que diversos de seus alunos são oriundos de classe baixa, e cujos pais também têm origem étnica preta. Pessoas essas afetadas também na distribuição de renda e qualidade de trabalho, já que, historicamente, sofrem e são afetadas por essas indiferenças de um governo alheio aos projetos inclusivos a essa classe.

Ainda referente à Educação e, especificamente, no que tange ao MEC, tivemos vários momentos conturbados, comprometendo este setor, devido aos cortes financeiros, e também do percurso ocorrido no funcionamento desta pasta, utilizando-se de diversos nomes a ocupar esta pasta. Vejamos a trajetória das datas de posse, a saber: i) Ricardo Vélez Rodriguez; ii) Abraham Weintraub; iii) Carlos Alberto Decotelli; iv) Milton Ribeiro; v) e Victor Godoy Veiga.

Vélez Rodriguez, de nacionalidade colombiana, mas naturalizado brasileiro, iniciou o cargo envolvendo-se com polêmicas, ao indicar a necessidade de revisões dos livros didáticos sobre a Ditadura Militar, no Brasil, propondo interferências no conteúdo, querendo, com isso, mudar a visão de como se dava o ensino nas escolas nesse período. Além disso, estabeleceu que as instituições de ensino filmassem os estudantes cantando o Hino Nacional e que usassem a “frase/slogan”, de Bolsonaro, no período de sua campanha eleitoral, “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Mas desistiu dessa orientação, por “questões técnicas e de segurança” e, também, por pressões externas por parte das repercussões de sua postura ideológica. Em outro momento, Rodriguez afirmou, de forma lamentável, que o brasileiro parece um “canibal”; falou, ainda, que o brasileiro quando viaja ao exterior “rouba coisas dos hotéis”. Vélez ficou apenas quatro meses no cargo, no período de janeiro a abril de 2019, e logo foi demitido após pressão de vários setores.

Após a demissão de Vélez, o cargo de Ministro da Educação passou para Abraham Weintraub, que fez a transição do governo do ex-presidente, Michel Temer, para o governo de Bolsonaro. O período no cargo foi marcado por problemas atribuídos nas notas no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM -, por problemas na escrita da Língua Portuguesa/padrão

e conflitos com setores acadêmicos. O mandato de Weintraub ficou bastante difícil após divergências com o STF, por ter se tornado alvo no inquérito de investigação das *fake news* e ataques contra a Corte, uma vez que ele ofendeu e defendeu a prisão dos Ministros do Supremo. Após isso, ainda participou de uma manifestação a favor do fechamento do Congresso e do STF. Bolsonaro afirmou que esse era um problema que ele estava tentando "solucionar", e que o ministro foi imprudente. Ele saiu do governo após duração de 14 meses, de abril de 2019 a junho de 2020.

Carlos Alberto Decotelli foi o próximo nome indicado para o cargo, em junho de 2020, mas não chegou a tomar posse, ocupando informalmente o cargo por apenas cinco dias. Mas, mesmo nesse curto período, Decotelli enfrentou polêmicas em sua passagem pelo MEC, pois havia incoerências em seu currículo profissional, como a não-conclusão de seu doutorado e pós-doutorado na Universidade de Rosário na Argentina e Wuppertal, na Alemanha, respectivamente. Houve também uma acusação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) afirmando que Decotelli nunca foi pesquisador e professor em instituições que ele falava nas entrevistas dadas e como constavam em seu currículo. Cinco dias após ser declarado como ministro, Decotelli entregou uma carta de demissão a Bolsonaro.

Após essas passagens, Bolsonaro anunciou Milton Ribeiro para Ministro da Educação, sendo o que ficou mais tempo no cargo neste governo, de julho de 2020 a março de 2022. Não diferente dos outros, Ribeiro também se envolveu em grandes polêmicas. O ministro foi obrigado a dar satisfações ao Senado, quando declarou que "há crianças com deficiência que é impossível a convivência", sendo bastante criticado nas redes sociais por sua fala. Milton ainda foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República ao STF por homofobia, quando relacionou a homossexualidade às "famílias desajustadas".

Ainda durante o mandato de Milton Ribeiro, o Presidente tentou interferir no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), impondo que o Ministro da Educação, trocasse a palavra "Golpe" por "Revolução", na prova, referindo-se ao golpe de 1964 que implantou a Ditadura Militar no Brasil. Além do mais, mais de 30 servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) solicitou o *impeachment* de Bolsonaro, por ele receber uma versão prévia da prova, pois, anteriormente, nunca houve interferência na história do Exame. Por isso, mais de 20 questões foram retiradas da prova, e, após a exposição nacional, o presidente ainda declarou que essa avaliação "começam agora a ter a cara do governo as questões da prova do Enem" (BOLSONARO, 2021).

Como dito anteriormente, essa afirmação de Bolsonaro, ao dizer que 'a prova tem a cara de seu governo', deixa explícita que a "cara" de seu governo seria a da censura e o seu controle

no ENEM, assim como quer estar sempre à frente de tratativas e decisões dos demais setores, tanto dos Ministérios quanto nas próprias instituições. Bolsonaro também quis dizer que sem o termo, “golpe”, os militares apagam os males que fizeram à sociedade. Após isso, O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu uma investigação para apuração das irregularidades na organização da prova e no Inep.

Ribeiro deixou o cargo dez dias após uma denúncia que o envolvia em indícios dos crimes de corrupção passiva, em que ele afirmou que, a mando do Bolsonaro, alguns pastores faziam pedidos de propina a prefeitos, direcionando o dinheiro da educação para aqueles senhores ditos religiosos, a fim de liberar recursos da educação. Os pastores envolvidos atuavam como manipuladores de negociações públicas. No inquérito que foi aberto pela Polícia Federal para apurar o caso, a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), constavam os crimes de tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa.

No ano de 2022, especificamente, no dia 14 de abril, assume de forma efetiva o cargo de Ministro da Educação, o servidor público e engenheiro, Victor Godoy, sendo a 5ª nomeação em menos de quatro anos, indicado por Bolsonaro para exercer a função. Assim como os demais Ministros anteriores, Godoy não possui experiência profissional relacionada ao campo da educação, é especializado em Defesa Nacional pela Escola Superior de Guerra, e isso mostra seu alinhamento com os militares, além do desconhecimento com a área tão importante que requer um saber amplo acerca da educação, da pedagogia etc. Além disso, Godoy tem relação com o escândalo que envolve os pastores denunciados por pedir propina para liberar verba do MEC. Mais um aliado nos cortes de verbas contra a educação.

Ressaltamos, ainda, que este governo não tem projetos sólidos concernentes aos discentes e à academia, e isso fica claro quando fez diversos cortes nas verbas do MEC, com suas intervenções antidemocráticas, introduzindo militarizações nas escolas, bem como mostra seu descaso ao colocar Ministros sem nenhuma experiência na pasta.

Bolsonaro tentou a efetivação da Privatização das Universidades Públicas, e ainda disse que “Universidades que estiverem fazendo balburdia terão sua verba reduzida”, e, posteriormente, cortou verbas em 30% na rede federal, sendo que, a educação pública é um direito de todos, como assim assegura a Constituição Federal, no artigo 206, IV: “A gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais financiados com recursos públicos, qualquer que seja o nível escolar, inclusive o ensino superior, não podendo as instituições públicas cobrar qualquer pagamento dos alunos pelo estudo oferecido.”

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - a LDB - que é a Lei mais importante no que se refere à Educação estabelece que:

Art. 1º A **educação** abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º. A **educação**, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996, p.1)

Diante desses atos de Bolsonaro, o povo brasileiro indignou-se e foi às ruas do país, reunindo, aproximadamente, 1,5 milhões de pessoas. Mesmo assim, o presidente desprezou tais atos, fez chacota e declarou que o povo era, “idiotas, úteis e massas de manobra” (BOLSONARO, 2021), alegando que as pessoas que estavam ali reivindicando sobre as questões do país eram pessoas manipuladas por um grupo e que nem sabiam a causa pela qual estavam lutando, ou simplesmente não era do interesse deles. Para ele, o objetivo era o quantitativo de pessoas para causar tumulto.

Portanto, cortar verbas da educação na justificativa de melhorar a economia do país, é no mínimo hipocrisia, pois, ao contrário disso, é através da promoção de uma educação pública de qualidade que garantimos os benefícios da estrutura social do país. As universidades públicas apoiam e abraçam as manifestações e as lutas de todo o povo brasileiro que busca garantir os seus direitos.

A educação no Brasil tem sido a área mais atingida pelos cortes orçamentários. O atual governo defende uma educação à distância, sendo que, de 76 países no mundo, o Brasil hoje ocupa o 60º lugar no ranking mundial de qualidade de educação, e em último lugar em competitividade, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mas há chacota do atual governante quanto a isso, pois, para ele, “A vantagem da educação no Brasil é que a gente não pode piorar mais. Já estamos em último lugar. Tanto é que forma jornalistas incompetentes”.

Após o exposto, concluímos que o Exmo. Senhor Presidente não leva a educação a sério, e isso é muito preocupante, já que o único caminho que pode mudar esse país é através da educação, do ensino, da aprendizagem, pesquisa etc., e a única preocupação dele é alienar as pessoas diante sua postura para impor sua autoridade, força e abuso de poder.

Claramente, percebemos a tentativa do então Presidente de corromper e violar a nossa democracia, que demorou tanto para ser reconquistada após o Golpe Militar/Civil que durou 21 anos, 1964-1985. Essas narrativas justificam seu autoritarismo constante. Além disso, as universidades e institutos federais têm sido drasticamente atingidos pelos cortes orçamentários do governo, que não mediu esforços em bloquear mais de 14% o orçamento diretamente ligado

aos estudantes que possuem vulnerabilidade socioeconômica, inviabilizando a permanência destes nas universidades. Esse orçamento assegurava os auxílios e bolsas de programas estudantis. Enquanto isso, incontáveis situações de desvio de dinheiro acontecem no Planalto, é injustificável que logo a educação sofra com esses cortes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bolsonaro, durante esses 4 anos, alimentou no povo brasileiro o ódio, a rivalidade e a violência, quando permitiu e estimulou esse posicionamento extremista entre a sociedade, com ações, seja em palavra ou gestos, altamente autoritários e desumanos.

Assim sendo, podemos considerar que Bolsonaro não somente ameaça a nossa democracia, ele também ameaça a humanidade do coração dos brasileiros, até mesmo intensificando uma idolatria maquiada atrás de discursos a “favor” da família, da pátria e do fim da corrupção, mas que, na verdade, só reforçam um preconceito enfadonho enraizado. Ele alimentou aquilo que, desde muitos anos, tem sido a nossa luta frequente, a desconstrução dos preconceitos.

Temos quase 30 anos após o fim da ditadura militar no Brasil, e o país ainda sofre os resquícios disso na atualidade. Diante desse levantamento, compreendemos que Bolsonaro reverbera sua vontade de ver o país em prática ditatorial novamente, quando ataca escancaradamente a nossa Constituição, essa seguradora da democracia do país, quando incansavelmente dissemina discursos autoritários, estabelece uma base de militares em seu governo, menospreza a vida de milhares de pessoas, estabelece a militarização das escolas com o falacioso discurso de revigorar a disciplina dos estudantes e promover a “ordem” no país, esquecendo-se do paradoxo principal: a aprendizagem desses.

O Presidente se respalda num falso patriotismo atrelando a religião ao tradicionalismo para convencer os apoiadores de suas ideologias. Além de fortalecer os seus discursos numa acepção primorosa de continuidade à democracia, culpabiliza o SFT pelos problemas do país, “No que tange à democracia, o enunciador utiliza-se desse termo estabelecendo efeitos paradoxais: ele reforça a ideia de proteção, com o intuito de defendê-la, fortalecê-la e preservá-la; mas, ao que se considerou, o real motivo tem como objetivo (cor)rompê-la” (BARROS, 2020, p.11).

Somado a isso, não deixemos de refletir fortemente sobre a sua conduta frente aos homossexuais, às mulheres, aos negros, quilombolas, quando dissemina o seu preconceito escancarado. Essa é a face do conservadorismo atrelado ao autoritarismo. Bolsonaro reclama das relações homoafetivas, mas não questiona quando um travestir, ou um *gay* são espancados até a morte por sua condição de gênero. Esse desconfortante posicionamento de Bolsonaro se dá pelo relevante avanço da comunidade LGBTQIA+ e, automaticamente, pela reconfiguração das famílias tradicionais, em que as mulheres têm deixado cada vez mais de viver como submissas para irem em busca de sua independência do patriarcado estrutural.

Como vimos, a educação sofreu diversos cortes orçamentários e isso fragilizou o ensino, bem como a sociedade, no geral. As universidades ficaram sem dinheiro para conduzir seus projetos, algumas pesquisas ficaram paradas, os discentes sem apoio com as bolsas de estudo, e as escolas fundamentais e secundárias também foram afetadas com essas políticas rasteiras ao ensino.

Além do mais, essa naturalidade autoritária do governo Bolsonaro se dá pela insatisfação com a expansão da garantia dos direitos dos cidadãos, em que o autoritarismo se assegura na busca da restauração da “ordem” em que os direitos, nesse sentido, são uma ameaça, um obstáculo para a autoridade se impor no país.

Não dá para naturalizar este autoritarismo de Bolsonaro explícito em suas atitudes conservadoras, em que se expressa fortemente a violência verbal e neutraliza o abuso de poder, a violência física, o preconceito, e, obviamente, as mortes. Nesse sentido, ele quer justificar seus atos por legítima defesa e “liberdade de expressão”. Se naturalizamos essa política autoritária, rapidamente entramos em declínio e fragilizamos a nossa democracia, assim aponta Medeiros:

E se a violência policial, doméstica, homofóbica, miliciana, interpessoal começa a se tornar um jeito de fazer política? A violência legitimada por uma visão de mundo autoritária passa a fazer parte do repertório simbólico e prático das disputas políticas. Aí elegemos uma bancada da bala, um presidenciável pró-tortura, mata-se Marielle, atentam contra Freixo, Lula e quem mais se opuser à ‘ordem’”. (MEDEIROS, 2019. p. 4).

Embora o fascismo não tenha nascido de Bolsonaro, podemos ressaltar que ele está contribuindo largamente com seu avanço no Brasil. Tal posicionamento discursivo resvala no aumento da violência, do preconceito em diversos níveis, como o feminicídio, tendo em vista que a milícia encampa o governo e faz disseminar práticas abusivas de matança, tráfico de armas, drogas, deixando a sociedade refém desse (des)governo. Assim sendo, há uma predominância do “direito de violar direitos”, sem nenhum dano para quem assim age.

Bolsonaro reforça uma política já enraizada no país e na sociedade, um autoritarismo repugnante e violento que marca seu governo. Foi eleito, talvez, com a promessa de ser o “novo”, todavia o que vemos é uma política “conservadora” que nada esconde a sua vontade de poder, sem projeto nenhum no que se refere ao campo social, econômico, educacional etc. Seu lugar de verdade se apresenta pela imposição do que quer que seja verdade, ou seja, daquilo que elege como verdadeiro, assim como quando diz ser ‘o dono da caneta’, ou seja, as decisões

todas toma para si, subestimando as instituições legalizadas para algumas deliberações, ou os sujeitos indicados para isso, que não seja só ele.

No dia 30 de outubro de 2022, aconteceu a última eleição para Presidência da República. De forma democrática, elegemos o mais novo Presidente de 214 milhões de brasileiros - Luís Inácio Lula da Silva. Lula tomará posse de seu 3º mandato como Presidente em satisfação à vontade da maioria dos brasileiros, que depositaram um voto de esperança para a nossa democracia. No entanto, o resultado das urnas provocou insatisfação de parte do eleitorado bolsonarista, que, após a eleição, iniciaram uma paralisação e bloqueio de rodovias de forma imprudente, sem fundamento, em apoio a Jair Bolsonaro e em oposição à perda das eleições do atual Presidente. Os vândalos pedem também a Intervenção Militar⁵, o que seria inconstitucional. Essas manifestações antidemocráticas reverberam o que de fato Bolsonaro deixou de herança a quase que metade do povo brasileiro, ou seja, *o efeito bolsonarista* tomado pelo ódio, pelo autoritarismo, pela resistência à democracia, além de dúvidas sem fundamentos das urnas eletrônicas, fortalecendo uma insegurança quanto ao dispositivo que elege, há anos, de forma segura, os políticos deste país, inclusive o próprio Bolsonaro foi eleito por diversas vezes por este instrumento eletrônico.

Narrar esses discursos autoritários, aflora consequências negativas na mente dos indivíduos que os apoiam. A exemplo desta última eleição, em que o eleitorado bolsonarista foi para as ruas, fechar rodovias, paralisar o trânsito e impedir o direito de ir e vir dos cidadãos, simplesmente por não aceitarem a derrota do então Presidente, que, por sua vez, ao se manifestar sobre o resultado das urnas, põe em dúvida a legalidade e segurança dela, podemos salientar que tais manifestações são caracterizadas por paralizações antidemocráticas, depredação, vandalismo, violência contra pessoas que ali passam, além de atitudes que demonstram um forte descontrole emocional, ao fazerem sinais supostamente de apologia narcisista, idolatria a pátria cantando o hino nacional olhando para um pneu, marchando igual militar, etc. Isso mostra, de fato, que *o efeito bolsonarista* pode ser mais patológico do que se possa imaginar, com sintomas dessa idolatria perversa e exacerbada.

Somente dois dias após a eleição, Bolsonaro apareceu para se pronunciar e, mais uma vez, para reforçar em seu eleitorado de extrema-direita o desrespeito à Constituição, ao dizer

⁵ Na intervenção, o Estado pode perder temporariamente a capacidade sobre algumas decisões, que passam a ser tomadas pelos militares responsáveis pela intervenção – chamados de interventores. Uma intervenção também pode alterar a rotina dos cidadãos porque podem acontecer operações militares preventivas (e em alguns casos repressivas) com o objetivo de retomar a segurança pública no país. No Brasil, a intervenção militar representou um período que ficou historicamente marcado por ser a **Ditadura Militar** brasileira, entre os anos de 1964 e 1985 (mais de 20 anos).

que o povo, neste caso, os seus eleitores, estão se manifestando democraticamente por sentimento de *injustiça*. Uma manifestação sem fundamento que ameaça a democracia, justificando-se por “fraudes” quanto às urnas eletrônicas, pedindo Intervenção Militar, sem terem a noção do que de fato seja isso. Como já foi dito, essa época marcou pelas ameaças à liberdade de imprensa, tortura, o arbítrio, a concentração de renda, entre outros fatores já elencados anteriormente.

Barros (2021) traz suporte a esse debate, quando diz que:

O poder judiciário não deve se submeter ao Poder Político, o Poder Midiático não deve estar a serviço de um governo, a economia não pode ser um poder que venha a atender apenas alguns indivíduos e a vontade do povo não pode se interpor à Constituição do país. (BARROS, 2021. p.18).

Não é moral e ético essa defesa pela Intervenção militar, a democracia não deve jamais ser questionada. Essas atitudes são irresponsáveis e só demonstram ego ferido, imposição e resistência ao fracasso. O resultado da última eleição provou a insatisfação da maioria do povo brasileiro com esse (des)governo. A escolha de mais de 60 milhões de brasileiros mostrou que a democracia venceu, mais uma vez.

Em 2017, Bolsonaro citou uma frase emblemática: “as minorias vão ter que se curvar à maioria”, declarando reiteradamente uma submissão forçada, referindo-se a sua eleição para Presidente de 2018, caso vencesse. Neste ano, Bolsonaro voltou a repetir essa mesma frase, porém, a minoria tornou-se o seu lado. Na democracia, as minorias não têm que se curvar a nada, essa é uma normalidade democrática, e é necessário que respeitem a escolha da maioria e as expectativas de esperança do povo brasileiro. Se compararmos a postura das duas lideranças após o resultado da eleição de 2022, observamos a diferença. Lula, o Presidente eleito para 2023, em seu discurso, enfatiza que governará para todos e não somente para os seus eleitores. Bolsonaro nem sequer agradece aos votos que recebeu, e ainda reforça uma manifestação para demonstrar a insatisfação de sua derrota, “usando” de maneira irresponsável os seus eleitores para suprir as suas frustrações e, alegando que estão manifestando democraticamente uma “injustiça” ocorrida nessas eleições, mas alega isso sem provas nenhuma.

Com isso, ecoa o sentimento de esperança para dias melhores e de paz. Os brasileiros sentiram o peso deste governo, e a resposta pôde nos proporcionar novos horizontes para um Brasil sem fascismo, que encontre tempos mais serenos e pacíficos. Para melhorarmos em diversos setores, é preciso que elejamos um Presidente que tenha como bandeira a Democracia,

e que seu olhar vislumbre projeto em que a sociedade esteja incluída, assim como as bandeiras de lutas de seu povo. E assim foi feito: o amor venceu o ódio!!!

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Irenilce Rodrigues . Conspiração em torno do governo Dilma e seu impeachment na fala dos tucanos: regime de poder e de verdade. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, 42(1), e50098. 2020.

BARROS, Maria Irenilce Rodrigues. **Percorso Histórico-discursivo nas canções de Chico Buarque**: da Ditadura à Democracia. Ed: Pontes. 2021.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL.

BOUTIN, Aldimara Catarina, e CAMARGO, Carla Roseane. **A educação na ditadura militar e as estratégias reformistas em favor do capital**. São Paulo, 2015.

CAMPOS, Lorena de Paula. **Autoridade, Autoritarismo e suas implicações no âmbito escolar**. Ituiutaba – MG. UEMG. 2014.

CANDEU & VERMEERSCH. **A Ditadura Militar e suas consequências na consciência da educação como política**. Gabriela Naiara de Souza Candeu, Paula Ferreira Vermeersch. Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, SP, Brasil. 2016.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino & MUTTI, Regina. **Análise de conteúdo**. Revista Texto e Contexto Enferm, Florianópolis, 2006, Out-Dez; 15 (4): 679-684.

CAREGNATO, Rita Catalina e MUTTI, Regina. **Pesquisa Qualitativa**: Análise de discurso versus Análise de conteúdo. Revista Texto e Contexto Enferm, Florianópolis, 2006, Out-Dez; 15 (4): 679-684.

Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho / organização Maria Paula Araújo , Izabel Pimentel da Silva , Desirree dos Reis Santos. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

EVARISTO, Paulo. **Brasil: nunca mais**. Projeto A. São Paulo, Arquidiocese de São Paulo, 1985.

FAGNANINI, Eduardo. **política social e pactos conservadores no Brasil**: 1964/92. Economia e Sociedade: Campinas, (8), 1997: 183-238.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Edição revista e ampliada. Editora Claraluz, São Carlos, 2007.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2º ed. 2008.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

Foucault, M. (1996). **A ordem do discurso**. São Paulo, SP: Loyola.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974. FREIRE, Paulo.

GUERRA, Luiz Antônio. **Democracia**. s.d.

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989.

MEDEIROS, Vítor Queiroz. O autoritarismo como o direito de violar direitos USP-SP, 2019.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em 01 jun 2022.

Michel Pêcheux. **Semântica e Discurso - Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso – princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

REIS, Daniel Aarão (coord.) História do Brasil nação: 1808-2010. Volume 5. **Modernização, ditadura e democracia**. 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

TASSO, Rossana Dutra. **Revisitando o papel da história na Análise do Discurso**. Anais do 6º Encontro Celsul – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul. Acesso dia 16 de novembro de 2021: <http://www.leffa.pro.br>.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.

ZAMBELLO, Aline. **O que é política social?** São Paulo: Revista Agenda Política. Vol. 4. 2016.

As frases controversas de Bolsonaro. **El País**. In: 5 de out. de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KczwxvO3-iE>. Acesso em: 19 fev. 2022. 1 vídeo (2min 27 seg).

BARBON, Júlia. Ato bolsonarista no RJ tem ataque ao STF, frases sexistas e breve fala de Daniel Silveira. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 1 maio. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/ato-bolsonarista-no-rj-tem-ataque-ao-stf-fala-sexista-e-discurso-breve-de-daniel-silveira.shtml>. Acesso em: 12 maio. 2022

Bolsonaro defende tortura para quem ficar em silêncio em CPI, em maio de 1999. **poder 360**. In: 2021. [S.l.]. Entrevista, [S.l.], 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=VRzVMcOdK1I>. Acesso em: 25 ago. 2021. 1 vídeo (2min 40 seg). Transmitido ao vivo em maio. de 1999.

DIAS, Roger; MURATORI, Matheus. Na minha cadeira não tem comunista, socialista e ladrão sentado. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 30 set. 2021. Disponível em: HTTPS://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/09/30/interna_politica,1310292/bolsonaro-na-minha-cadeira-nao-tem-comunista-socialista-e-ladrao-sentado.shtml. Acesso em: 13 jun. 2022.

GUERRA, Luís Antônio. Democracia. **Infoescola**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/politica/democracia/>. Acesso em: 13 agosto. 2022

MOREIRA, Leticia. Relembre quais foram os ministros da Educação do governo Bolsonaro. **Ultimo segundo**, São Paulo, 31 março. 2022. Disponível em: <Https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2022-03-31/relembre-ministros-educacao-governo-bolsonaro-polemicas.html>. Acesso em: 02 abril. 2022.

Política. Bolsonaro: “Eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. **Forum**, Rio de Janeiro, 5 maio. 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2017/4/5/bolsonaro-eu-tenho-filhos-foram-homens-quinta-eu-dei-uma-fraquejada-veio-uma-mulher-19902.html> Acesso em: 13 maio. 2022.

Política. BOLSONARO: “QUILOMBOLA NÃO SERVE NEM PARA PROCRIAR”. **UOL**, São Paulo, 05 abril . 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>. Acesso em: 13 maio. 2022.

Política. Índio tá evoluindo, cada vez mais é ser humano igual a nós. **UOL**, São Paulo, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/23/indio-ta-evoluindo-cada-vez-mais-e-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro.htm> Acesso em: 12 maio. 2022.

SODRÉ, Lu. Apologia de Bolsonaro à exploração sexual de brasileiras é repudiada nacionalmente. **Brasil de fato**, São Paulo, 30 abril. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/30/apologia-de-bolsonaro-a-exploracao-sexual-de-brasileiras-e-repudiada-nacionalmente> Acesso em: 12 maio. 2022.

ANEXOS

Discurso de Bolsonaro no 7 de setembro em São Paulo, disponível em:

<https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/>

Discurso de Bolsonaro no 7 de setembro em São Paulo, disponível em:]

<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-7-de-setembro-em-brasilia>